

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Guararapes Confecções S.A. ("Companhia") constituída em 6 de outubro de 1956, é uma sociedade anônima de capital aberto com sede no Distrito Industrial de Natal – Estado do Rio Grande do Norte, registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão. A Companhia tem como objeto social:

- Indústria têxtil em geral;
- Indústria de confecções de roupas e de tecidos em geral, sua comercialização por atacado e a varejo, e exportação;
- Importação e comercialização, por atacado, de confecções e tecidos, produtos de perfumaria e esportivos, calçados, roupas de cama, mesa e banho, brinquedos, relógios e cronômetros.

A Guararapes Confecções S.A. produz uma variedade de confecções e vende 100% de sua produção para a sua controlada Lojas Riachuelo. O Grupo (composto da Controladora e suas Controladas) opera com uma cadeia de pontos de varejo e o e-commerce para a comercialização de confecções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2020.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Controladora e das Controladas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas em suas respectivas notas explicativas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as Controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da Controladora.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.2 POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas e apresentadas em suas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.



2.2.1 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional") que é o Real (R\$).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.2.2 AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos de longo prazo, e quando relevantes os de curto prazo, devem ser ajustados ao valor presente. Após a avaliação do valor apurado do ajuste a valor presente, a Administração da Companhia concluiu que os impactos no resultado do exercício da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo não são relevantes em relação às demonstrações financeiras analisadas em conjunto e decidiu não registrar contabilmente tal ajuste.

2.2.3 ARREDONDAMENTO DE VALORES

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de Reais, salvo indicação em contrário.

2.2.4 ALTERAÇÕES ÀS IFRS'S E NOVAS INTERPRETAÇÕES DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA A PARTIR DO EXERCÍCIO CORRENTE

A Companhia e suas Controladas iniciaram o exercício 2019 com a aplicação de novas normas que passaram a vigorar em 01 de janeiro de 2019, cujos impactos são especificados a seguir:

- **IFRS 16 - NBC TG 06 (R3) – "Operações de Arrendamento Mercantil"**

O IFRS 16 emitido em 2016 pelo IASB transformado em NBC TG 06 (R3) no final de 2017 entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, modifica a forma de reconhecimento das operações de arrendamento e/ou com características de arrendamento (direito de controle e benefício econômico), onde os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil.

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 18 de dezembro de 2019 divulgou o ofício circular 02/2019 passando a orientar os aspectos relevantes na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Arrendatárias na adoção da taxa de desconto e o tratamento do Pis e Cofins do passivo de arrendamento. Vide nota 23.

- **IFRIC 23 (ICPC 22) - "Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro"**

Essa norma deve ser aplicada na existência de incertezas no tratamento dos tributos sobre o lucro, nesse caso IRPJ e CSLL. A Companhia avaliou os impactos dessa norma sobre as operações do Grupo, concluindo como não relevante seus efeitos até o momento.

2.2.5 NORMA NOVA, ALTERAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE NORMA QUE AINDA NÃO ESTÁ EM VIGOR

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor, que poderiam causar impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas.



3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes da revisão das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas em suas respectivas notas explicativas, quando aplicáveis.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 FATORES DE RISCO FINANCEIRO

As atividades do Grupo o expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo. Esta identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) RISCO DE MERCADO

(i) RISCO CAMBIAL

O risco cambial da Companhia provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Para as operações em moeda estrangeira relacionadas com o seu ciclo operacional, a Companhia não adota mecanismo de proteção a possíveis variações cambiais considerando: (i) curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e (ii) baixo volume de importação, onde uma maxi valorização do dólar norte-americano significaria uma redução das margens desses produtos.

A análise de sensibilidade requerida pela Instrução CVM nº 475/08 foi determinada com base na exposição dos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2019 e as variações de cotação no dólar norte-americano para conversões projetadas para o exercício de 2020. A cotação do dólar futuro está contida nos relatórios de inflação divulgados pelo Banco Central do Brasil – Focus – Relatório de mercado em 07 de fevereiro de 2020. Em relação aos cenários foram utilizadas as mesmas premissas da gestão de risco da taxa de juros acima mencionada.

Taxa	Cenários negativos		Cenário I Provável	Cenários positivos	
	Remoto III (-50%)	Possível II (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto III (+50%)
US\$	2,05	3,08	4,10	5,13	6,15

Operação	Moeda	Saldo contábil em 2019	Cenários negativos		Cenário I Provável	Cenários positivos	
			Remoto III (-50%)	Possível II (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto III (+50%)
Passivos							
Fornecedores - Estrangeiros	4,11	50.560	(25.342)	(12.732)	(123)	12.486	25.095
Resultado							
Variação cambial ativa			(25.342)	(12.732)	(123)	-	-
Variação cambial passiva			-	-	-	12.486	25.095
Impacto no Resultado			(25.342)	(12.732)	(123)	12.486	25.095



(ii) RISCO DO FLUXO DE CAIXA OU VALOR JUSTO ASSOCIADO COM TAXA DE JUROS

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados junto ao mercado.

Em relação às aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas, as mesmas possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que as mesmas se originaram e, portanto, os valores registrados estão próximos aos valores de mercado. Essas aplicações financeiras foram consideradas como equivalentes de caixa e também como títulos e valores mobiliários, sendo neste caso classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida conforme Instrução CVM nº 475/08, considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado.
- Definição do cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição dos cenários negativos e positivos com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos.

A Companhia mantém parte substancial de seus ativos e passivos indexados à variação do CDI. Com base nos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2019 e a expectativa de mercado, conforme obtidos do relatório de inflação do Banco Central do Brasil, emitido em 07 de fevereiro de 2020, indica uma taxa efetiva da SELIC em 4,25%, demonstramos o cenário provável para o exercício de 2021.

Operação	Risco	Taxa Projetada	Saldo contábil - 2019	Consolidado				
				Cenários negativos		Cenário I Provável	Cenários positivos	
				Remoto III (-50%)	Possível II (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto III (+50%)
Ativos								
Títulos e valores mobiliários	CDI	4,15%	735.005	15.251	22.877	30.503	38.128	45.754
Títulos e valores mobiliários	SELIC	4,25%	626.483	13.313	19.969	26.626	33.282	39.938
			1.361.488	28.564	42.846	57.129	71.410	85.692
Passivos								
Empréstimos -TJLP	TJLP	5,09%	94.319	2.400	3.601	4.801	6.001	7.201
Empréstimos - CDI	CDI	4,15%	1.161.425	24.100	36.149	48.199	60.249	72.299
Empréstimos -SELIC	SELIC	4,25%	42.271	898	1.347	1.797	2.246	2.695
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,00%	18.996	285	427	570	712	855
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,50%	8.163	143	214	286	357	429
Outros empréstimos e financiamentos	-	2,90%	31	-	1	1	1	1
Certificados recebíveis imobiliários	CDI	4,15%	80.911	1.679	2.518	3.358	4.197	5.037
Debêntures - 107,75% do CDI	CDI	4,47%	616.695	13.788	20.682	27.576	34.470	41.364
Debêntures - 109,50% do CDI	CDI	4,54%	807.383	18.345	27.517	36.690	45.862	55.034
			2.830.194	61.638	92.456	123.278	154.095	184.915

(*) Operações pré-fixadas não sujeitas a variações de índices

Resultado

Receitas de aplicações financeiras	28.564	42.846	57.129	71.410	85.692
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	(61.638)	(92.456)	(123.278)	(154.095)	(184.915)
Impacto no Resultado	(33.074)	(49.610)	(66.149)	(82.685)	(99.223)

(b) RISCO DE CRÉDITO

As atividades da Companhia compreendem a comercialização de confecções em geral, os artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento tempestivo dos saldos a receber.



A Companhia, após avaliar a carteira de "Outros ativos circulantes", apresenta um saldo de provisão para perdas por valor recuperável no montante de R\$ 1.267 (R\$ 2.946 em 31 de dezembro de 2018), para cobrir os riscos de crédito vencidos há mais de 90 dias.

A Midway Financeira, que detém os saldos a receber de clientes, apresenta saldo de provisão para perdas por valor recuperável no montante de R\$ 1.108.217 (R\$ 879.441 em 31 de dezembro de 2018), para cobrir os riscos de crédito.

A controlada Midway Shopping Center Ltda. constitui uma provisão para as prováveis perdas nas cobranças de aluguéis das lojas com vencimentos superiores a 90 dias no valor de R\$ 1.792 (R\$ 1.150 em 31 de dezembro de 2018). Todos os inadimplentes acima de 90 dias, cujas negociações amigáveis não foram bem-sucedidas, estão sendo cobrados por meio de ações judiciais com risco de despejo.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) RISCO DE LIQUIDEZ

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo. A Tesouraria localiza-se em São Paulo e investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo mantinha ativos líquidos de R\$ 1.569.492 (R\$ 1.162.563 em 31 de dezembro de 2018) conforme Notas 10 e 11, que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

			Consolidado
	Nota nº	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	10	943.009	766.719
Títulos e valores mobiliários	11	626.483	395.844
Ativos líquidos		1.569.492	1.162.563

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

		Controladora - 2019				
Operação	Nota nº	Valor Contábil	Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	18	43.729	43.729	-	-	43.729
Empréstimos e Financiamentos	20	495	495	-	-	495
Debêntures	21	1.421.974	69.302	1.043.195	421.891	1.534.388
Certificados de recebíveis imobiliários	22	79.714	38.281	44.671	-	82.952
Partes relacionadas	30	638	-	638	-	638
		1.546.550	151.807	1.088.504	421.891	1.662.202

		Consolidado - 2019				
Operação	Nota nº	Valor Contábil	Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	18	520.001	520.001	-	-	520.001
Fornecedores - "Confirming"	19	111.912	111.912	-	-	111.912
Empréstimos e Financiamentos	20	1.323.810	822.508	167.732	459.733	1.449.973
Debêntures	21	1.421.974	69.302	1.043.195	421.891	1.534.388
Certificados de recebíveis imobiliários	22	79.714	38.281	44.671	-	82.952
Partes relacionadas	30	638	-	638	-	638
		3.458.049	1.562.004	1.256.236	881.624	3.699.864



(d) LINHAS DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS

O Grupo monitora diariamente os limites de linhas de operações bancárias globais concedidos, apresentando atualmente a utilização dentro dos limites de créditos e não quebrando nenhuma cláusula contratual estabelecida.

4.2 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras Companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, houve um aumento de 2 pontos percentuais no índice de alavancagem financeira se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, motivado por um crescimento dos estoques de novas categorias e um aumento no mix da moda casa, além de uma necessidade de capital de giro na Midway Financeira ocorrida em razão do aumento dos volumes de empréstimo pessoal e dos cartões "co-branded".

Segue abaixo o cálculo do índice de alavancagem:

		Consolidado	
	Nota nº	2019	2018
Total dos empréstimos e financiamentos	20	1.323.810	907.915
Debêntures	21	1.421.974	1.125.973
Certificados de recebíveis imobiliários	22	79.714	109.096
Empréstimos com partes relacionadas	30	638	582
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	10	(943.009)	(766.719)
Menos: Títulos e valores mobiliários	11	(626.483)	(395.844)
Dívida líquida		1.256.644	981.003
Total do patrimônio líquido	29	5.224.591	4.929.147
Total do capital		6.481.235	5.910.150
Índice de alavancagem financeira - %		19	17

A gestão de capital não é conduzida no nível da Controladora, somente no nível Consolidado.

4.3 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os instrumentos financeiros foram contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).



- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

Os títulos e valores mobiliários foram considerados de nível 1 e o valor justo relacionado a eles foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) para instrumentos similares.

Consolidado - 2019							
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor Atualizado	Ajuste a mercado	IRPJ e CSLL
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	314.048	104.662	207.100	625.810	625.509	301	(120)
							181
Consolidado - 2018							
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor Atualizado	Ajuste a mercado	IRPJ e CSLL
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	98.792	296.294	-	395.086	394.708	378	(170)
							208
Variação no exercício de 2019							(27)

(*) O ajuste a valor de mercado está registrado na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, líquido dos respectivos impostos.

(a) INSTRUMENTOS FINANCEIROS - NÍVEL 1

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

(b) INSTRUMENTOS FINANCEIROS - NÍVEL 2

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um instrumento puderem ser observadas no mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

5 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva representada pelo Diretor Presidente, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. Os segmentos operacionais mais significativos que o Grupo usa para as tomadas de decisões são Varejo e Financeira, conforme descrito a seguir.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

O Grupo está amparado nos segmentos denominados "Varejo" e "Financeira", por meio de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e definição sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

A Administração do Grupo avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base no EBITDA ajustado, que considera os efeitos dos incentivos fiscais. Essa base de mensuração exclui os efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais (quando aplicável), como custos de reestruturação e despesas legais. A mensuração também exclui os efeitos de ganhos ou perdas não realizados sobre instrumentos financeiros. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, a qual gerencia a posição de caixa do Grupo.



O segmento "Varejo" corresponde ao negócio de revenda de mercadorias realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País.

O segmento "Financeiro" corresponde às operações de crédito ao consumidor, executadas por meio do cartão "Riachuelo".

O segmento "Outros" corresponde à operação fabril, transportes e locação.

(a) ATIVOS E PASSIVOS

	2019				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	2.954.685	5.305.436	1.771.706	(2.522.591)	7.509.236
Ativo não circulante	4.892.050	395.939	6.652.772	(6.847.474)	5.093.287
Total do ativo	7.846.735	5.701.375	8.424.478	(9.370.065)	12.602.523
Passivo					
Passivo circulante	2.371.110	4.144.777	480.555	(2.595.935)	4.400.507
Passivo não circulante	1.022.469	523.616	1.456.342	(25.002)	2.977.425
Total do passivo	3.393.579	4.668.393	1.936.897	(2.620.937)	7.377.932
Patrimônio líquido	4.453.156	1.032.982	6.487.581	(6.749.128)	5.224.591
Total de passivo e patrimônio líquido	7.846.735	5.701.375	8.424.478	(9.370.065)	12.602.523
	2018				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	3.406.596	4.334.668	1.039.273	(2.260.877)	6.519.660
Ativo não circulante	3.512.380	277.828	6.172.565	(6.010.285)	3.952.488
Total do ativo	6.918.976	4.612.496	7.211.838	(8.271.162)	10.472.148
Passivo					
Passivo circulante	2.322.377	3.447.603	406.640	(2.239.555)	3.937.065
Passivo não circulante	305.549	407.669	892.801	(83)	1.605.936
Total do passivo	2.627.926	3.855.272	1.299.441	(2.239.638)	5.543.001
Patrimônio líquido	4.291.050	757.224	5.912.397	(6.031.524)	4.929.147
Total de passivo e patrimônio líquido	6.918.976	4.612.496	7.211.838	(8.271.162)	10.472.148

(b) RESULTADOS

	2019				
	Varejo	Financeira	Outros(*)	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	5.397.722	2.356.247	1.291.590	(1.237.515)	7.808.044
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.909.187)	(217.575)	(972.513)	1.218.372	(2.880.903)
Lucro bruto	2.488.535	2.138.672	319.077	(19.143)	4.927.141
Despesas com vendas	(2.116.131)	(1.030.396)	(12.709)	(231.127)	(3.390.363)
Despesas gerais e administrativas	(482.469)	(680.876)	(82.089)	337.228	(908.206)
Honorários	(7.307)	(3.728)	(4.667)	-	(15.702)
Outras receitas operacionais líquidas	73.414	83.841	126.362	(88.944)	194.673
Resultado de equivalência patrimonial	275.770	-	549.158	(824.928)	-
Despesas operacionais	(2.256.723)	(1.631.159)	576.055	(807.771)	(4.119.598)
Lucro operacional	231.812	507.513	895.132	(826.914)	807.543
Receitas financeiras	82.103	61.094	105.450	(54.237)	194.410
Despesas financeiras	(138.491)	(114.241)	(97.778)	60.921	(289.589)
Resultado financeiro	(56.388)	(53.147)	7.672	6.684	(95.179)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	175.424	454.366	902.804	(820.230)	712.364



	2018				
	Varejo	Financeira	Outros(*)	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	5.110.986	2.030.980	1.158.131	(1.107.501)	7.192.596
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.605.846)	(126.843)	(868.343)	1.077.464	(2.523.568)
Lucro bruto	2.505.140	1.904.137	289.788	(30.037)	4.669.028
Despesas com vendas	(1.988.740)	(907.276)	(13.057)	(210.226)	(3.119.299)
Despesas gerais e administrativas	(477.249)	(575.215)	(73.728)	318.432	(807.760)
Honorários	(7.892)	(3.299)	(3.967)	-	(15.158)
Outras receitas operacionais líquidas	680.162	42.869	48.034	(87.786)	683.279
Resultado de equivalência patrimonial	202.693	-	1.214.647	(1.417.340)	-
Despesas operacionais	(1.591.026)	(1.442.921)	1.171.929	(1.396.920)	(3.258.938)
Lucro operacional	914.114	461.216	1.461.717	(1.426.957)	1.410.090
Receitas financeiras	527.710	42.626	37.521	(61.654)	546.203
Despesas financeiras	(88.290)	(84.905)	(56.015)	61.965	(167.245)
Resultado financeiro	439.420	(42.279)	(18.494)	311	378.958
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.353.534	418.937	1.443.223	(1.426.646)	1.789.048

(*) os valores relativos a indústria e locações, são demonstrados nas tabelas como outros, uma vez que são eliminados para fins de consolidação.

Os valores apresentados para conciliação dos saldos contábeis refletem as eliminações das transações entre partes relacionadas para fins de consolidação.

As práticas contábeis dos segmentos reportáveis são as mesmas adotadas pela Companhia, descritas na Nota 2.2., e nas respectivas notas explicativas.

ANÁLISE DA RECEITA POR CATEGORIA

Receita Líquida por segmento	2019	2018
Vendas a Varejo	5.397.722	5.110.986
Produtos e Serviços Financeiros	2.356.247	2.030.980
Shopping Center	75.860	71.412
Vendas a Contribuintes	1.192.138	1.066.014
Transportes	23.592	20.705
Eliminação entre as empresas consolidadas	(1.237.515)	(1.107.501)
	7.808.044	7.192.596

6 EMPRESAS CONTROLADAS

POLÍTICA CONTÁBIL

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controlada na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controlada é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.



Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

As empresas controladas incluídas na consolidação são:

- Lojas Riachuelo S.A. ("Lojas Riachuelo")

A Lojas Riachuelo S.A. que atua no ramo varejista e controlada da Guararapes Confeccões S.A., objetiva promover a integração entre o varejo e a produção. Atualmente, absorve toda a produção da Companhia, por meio de suas 321 (312 em 31 de dezembro de 2018) lojas presentes em todo território nacional e seu e-commerce.

- Midway Shopping Center Ltda.

A Midway Shopping Center Ltda., localizada na cidade de Natal no Estado do Rio Grande do Norte, tem por objetivo a administração de Shopping Center. O empreendimento, com instalações próprias, ocupa uma área de terreno de 67.987,71 m² e área construída de 231.000 m² dividida em 3 pavimentos.

- Riachuelo Participações Ltda.

A Riachuelo Participações Ltda., tem por objetivo principal a participação na Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, intermediando as transações ocorridas nas Lojas Riachuelo S.A.

- Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Midway Financeira")

A Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento tem como objetivo estratégico realizar as operações de financiamentos aos consumidores dos produtos e serviços das Lojas Riachuelo S.A., buscando os recursos financeiros mais adequados para o suporte dessas operações.

- Transportadora Casa Verde Ltda.

A Transportadora Casa Verde Ltda., empresa do ramo de transportes rodoviário, tem como atividade transportar os produtos e materiais da Companhia e da controlada Lojas Riachuelo S.A. de norte a sul do País.



7 INVESTIMENTOS

(a) CONTROLADORA

	2019	2018
Empresas controladas	4.685.761	4.517.172
Lucros não realizados nos estoques	(18.613)	(20.515)
Total dos investimentos	4.667.148	4.496.657
Saldo em 31 de dezembro 2018	4.496.657	3.111.260
Equivalência Patrimonial	273.400	1.011.952
Adiantamentos de lucros e dividendos a distribuir	(33.806)	(29.122)
Provisão de lucros e dividendos complementar a distribuir	(69.076)	(247.363)
Resultado abrangente	(27)	(70)
Aumento de capital na controlada	-	650.000
	4.667.148	4.496.657

PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

Controladas no Brasil	Atividade	Situação	Ações ou quotas detidas (em milhares) ordinárias - 2019	Participação e capital votante - 2019
Lojas Riachuelo S.A.	Varejo	Ativa	1.488.225	100,00
Midway Shopping Center Ltda.	Shopping	Ativa	200.000	100,00
Transportadora Casa Verde Ltda. (*)	Transporte	Ativa	0,20	99,50
Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (**)	Financeiro	Ativa	50.000	0,01
Riachuelo Participações Ltda. (***)	Participações	Ativa	-	-

(*) A controlada Lojas Riachuelo S.A. possui 0,50% de participação.

(**) A controlada Lojas Riachuelo S.A. possui o controle com 99,99%.

(***) A controladora possui uma quota e a controlada Lojas Riachuelo S.A. possui 50.004.999 quotas.

(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A movimentação dos investimentos está apresentada a seguir:

	Lojas Riachuelo S.A.	Lucros não realizados nos estoques	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.900.031	(12.630)	215.713	8.066	80	3.111.260
Aumento de Capital (*)	650.000	-	-	-	-	650.000
Equivalência patrimonial	971.920	(7.886)	48.030	(132)	20	1.011.952
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	(70)	-	-	-	-	(70)
Dividendos	(230.831)	-	(45.629)	-	(25)	(276.485)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.291.050	(20.516)	218.114	7.934	75	4.496.657
Equivalência patrimonial	215.085	1.903	53.893	2.491	28	273.400
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	(27)	-	-	-	-	(27)
Dividendos	(50.500)	-	(51.199)	(1.183)	-	(102.882)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.455.608	(18.613)	220.808	9.242	103	4.667.148

* Em 28 de dezembro de 2018, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 650.000 para aumento de capital social na controlada Lojas Riachuelo, que foi totalmente integralizado sem emissão de novas ações.



(c) INFORMAÇÕES SOBRE AS INVESTIDAS

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

I – BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO

	Lojas Riachuelo S.A	Midway Shoppng Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento
31 de dezembro de 2019				
Circulante				
Ativo	2.954.685	72.504	12.021	5.305.436
Passivo	(2.371.110)	(19.969)	(2.859)	(4.144.777)
Ativo circulante líquido	583.575	52.535	9.162	1.160.659
Não circulante				
Ativo	4.892.050	172.021	331	395.939
Passivo	(1.022.469)	(3.748)	(206)	(523.616)
Ativo não circulante líquido	3.869.581	168.273	125	(127.677)
Patrimônio líquido	4.453.156	220.808	9.287	1.032.982
31 de dezembro de 2018				
Circulante				
Ativo	3.406.596	60.967	9.318	4.334.668
Passivo	(2.322.377)	(18.963)	(1.759)	(3.447.603)
Ativo circulante líquido	1.084.219	42.004	7.559	887.065
Não circulante				
Ativo	3.512.380	178.713	793	277.828
Passivo	(305.549)	(2.603)	(380)	(407.669)
Ativo não circulante líquido	3.206.831	176.110	413	(129.841)
Patrimônio líquido	4.291.050	218.114	7.972	757.224

II – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SINTÉTICO

	Lojas Riachuelo S.A	Midway Shoppng Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento
31 de dezembro de 2019				
Receitas	5.397.722	75.860	27.866	2.356.247
Despesas operacionais	(5.222.298)	(13.029)	(24.108)	(1.901.881)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	175.424	62.831	3.758	454.366
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	37.208	(8.937)	(1.254)	(178.581)
Lucro líquido	212.632	53.894	2.504	275.785
31 de dezembro de 2018				
Receitas	5.110.986	71.412	20.705	2.030.980
Despesas operacionais	(3.757.452)	(14.221)	(20.833)	(1.612.043)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.353.534	57.191	(128)	418.937
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(381.613)	(9.161)	(6)	(216.222)
Lucro líquido	971.921	48.030	(134)	202.715



8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

POLÍTICA CONTÁBIL

Ativos financeiros

- Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os derivativos também são classificados a valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 12 e 10).

- Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas operacionais líquidas" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

- Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

- *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio da demonstração do resultado.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado ao final de cada período.

Os instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

- *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.



Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGCs)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram identificadas evidências de perdas significativas não recuperáveis na Companhia e nas suas Controladas.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

- Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

		Controladora		Consolidado	
	Nota nº	2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros					
Disponível para venda					
Títulos e valores mobiliários	11	663.740	54.672	626.483	395.844
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	10	466	174	943.009	766.719
Contas a receber de clientes	12	418.235	338.713	4.351.370	3.812.723
		<u>1.082.441</u>	<u>393.559</u>	<u>5.920.862</u>	<u>4.975.286</u>

A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não praticam instrumentos financeiros para fins especulativos.

A Administração da Companhia e de suas controladas considera que os instrumentos financeiros registrados pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado.

O saldo da rubrica "Empréstimos e Financiamentos" é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (TJLP) e taxas contratuais (Nota 20); portanto, o saldo devedor registrado no fim de cada exercício no relatório está próximo do valor de mercado.

A remuneração das debêntures emitida pela Companhia é de 109,50% a.a. do CDI - 1º emissão e 107,75% a.a. do CDI - 2º emissão.

Os Certificados de recebíveis imobiliários são remunerados com base 99,50% das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) de um dia, conforme as cláusulas contratuais.

Os títulos e valores mobiliários registrados pela Companhia foram classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e mensuradas pelo valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos no patrimônio líquido.



A Controlada Lojas Riachuelo realiza antecipação de recebíveis de cartão de crédito de terceiros, que em 31 de dezembro de 2019, apresentava um saldo de R\$ 38.920 (R\$ 39.455 em 31 de dezembro de 2018), que foi classificado como ativo financeiro disponível para venda e mensurado pelo valor justo (Nota 12).

Os saldos registrados no consolidado, representados por LFT's e LTN's da controlada indireta Midway Financeira, em 31 de dezembro de 2019, estão classificados como "Caixa e equivalente de caixa" e "Títulos e valores mobiliários" como investimentos de curto prazo, no montante de R\$ 1.361.488 (R\$ 773.864 em 31 de dezembro de 2018), conforme Notas 10 e 11, classificadas como disponíveis para venda e reconhecidas pelo valor justo com os ganhos e perdas no valor justo não realizadas reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota nº	2019	Consolidado 2018
Depósitos bancários de curto prazo	10	735.005	378.020
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11	626.483	395.844
		1.361.488	773.864

O valor justo destes ativos financeiros foi determinado com base em modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

As contas a receber e o caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

A mensuração no valor justo dos ativos disponíveis para venda é efetuada por meio de preços cotados em mercados ativos para ativo, e para ativos e passivos idênticos (Nível I).

9 QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O caixa da Companhia é aplicado em Títulos da Midway Financeira, que são letras de câmbio com rentabilidade de 110% a 115% do CDI CETIP.

O caixa da Midway Financeira é aplicado em Títulos Públicos Federais indexados à SELIC (LFTs) e operações compromissadas de um dia com instituições AAA (LTNs).

CARTEIRA DE CRÉDITO

	2019			2018		
Nível de risco(*)	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações
A - de 0 a 14 dias	3.190.164	-	3.190.164	2.812.224	-	2.812.224
B - de 15 a 30 dias	108.353	38.117	146.470	105.334	36.980	142.314
C - de 31 a 60 dias	104.200	69.291	173.491	81.677	53.621	135.298
D - de 61 a 90 dias	70.559	80.834	151.393	56.291	60.718	117.009
E - de 91 a 120 dias	56.272	87.676	143.948	46.903	72.877	119.780
F - de 121 a 150 dias	38.823	90.027	128.850	34.957	78.468	113.425
G - de 151 a 180 dias	29.029	90.031	119.060	24.759	77.882	102.641
H - de 181 a 360 dias	127.642	672.567	800.209	90.043	519.681	609.724
	3.725.042	1.128.543	4.853.585	3.252.188	900.227	4.152.415

(*) referem-se à categoria de risco previstas pelas normas do BACEN.

10 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

POLÍTICA CONTÁBIL

Caixa e equivalentes de caixa incluem o fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.



	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Recursos em banco e em caixa	81	105	208.004	388.699
Depósitos bancários de curto prazo (a)	385	69	735.005	378.020
	466	174	943.009	766.719

(a) O saldo de depósitos bancários de curto prazo no consolidado corresponde aos investimentos feitos pela controlada indireta Midway Financeira, em Letras do Tesouro Nacional – LTNs (títulos públicos escriturais), indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, com conversibilidade imediata, ou seja, com o prazo original igual ou inferior a 90 dias.

11 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

POLÍTICA CONTÁBIL

Títulos e valores mobiliários não diferem dos valores de mercado, com mais de 90 dias da data da aplicação e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Os valores da Controladora são totalmente eliminados na consolidação por estarem aplicados na controlada Midway Financeira.

(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Letras de Câmbio - MTM	663.740	54.672	-	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	626.483	395.844
	663.740	54.672	626.483	395.844

(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	54.672	130.696	395.844	372.037
Aplicação	971.492	806.329	204.145	-
Resgate	(390.266)	(902.786)	(156)	-
Resultados abrangentes	-	-	(27)	(70)
Juros/MTM	27.842	20.433	26.677	23.877
	663.740	54.672	626.483	395.844

As aplicações financeiras da Companhia no valor de R\$ 663.740 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 54.672 em 31 de dezembro de 2018), da controlada Midway Shopping Center Ltda. no valor de R\$ 46.432 (R\$ 47.560 em 31 de dezembro de 2018) e da controlada Transportadora Casa Verde Ltda. no valor de R\$ 5.453 (R\$ 5.101 em 31 de dezembro de 2018), foram eliminadas na consolidação das informações financeiras, uma vez que, as aplicações são efetuadas na controlada indireta Midway Financeira.

A carteira de títulos da controlada indireta Midway Financeira estava composta por títulos públicos escriturados e registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor justo dos ativos financeiros foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Os títulos públicos classificados como disponíveis para venda estão divulgados na Nota 4.3.

Pelo estudo de *impairment* realizado pela Companhia, com base nos lucros auferidos e nas expectativas de lucros futuros na Midway Financeira, assim como na análise da carteira de crédito apresentada na nota 9, a Companhia entende que a controlada Midway Financeira tem condições de honrar seus compromissos junto as empresas do Grupo.



12 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

POLÍTICA CONTÁBIL

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito (Riachuelo e de terceiros) e de empréstimos pessoal no curso normal das atividades do Grupo, em linha com o CPC 48 (IFRS 9). Na Controladora, referem-se a valores a receber da controlada Lojas Riachuelo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável ("PCLD" ou *impairment*).

No caso da Lojas Riachuelo, as contas a receber de cartões de crédito (cartão Riachuelo e cartão de terceiros) e empréstimo pessoal são registrados com base nos valores nominais e ajustados a valor presente quando a Administração julgar que esses ajustes apresentam um efeito relevante nas demonstrações financeiras, uma vez que as transações são de curto prazo.

No caso da Midway Financeira, as operações vencidas após 59 dias têm seus rendimentos registrados na conta "Contas a receber", e a transferência desta para o resultado ocorrerá somente quando do efetivo recebimento dos valores vencidos.

Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não existem diferenças relevantes entre o saldo contábil das contas a receber de clientes e o seu valor justo, uma vez que em sua maioria, o saldo de contas a receber de clientes refere-se à Midway Financeira, cujos valores estão reconhecidos pelo valor justo.

Na avaliação da provisão para perdas ao valor recuperável, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica.

As proporções de inadimplência e de perdas e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais a fim de confirmar a sua aderência. As perdas são reconhecidas no resultado.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

- Provisão para perdas por valor recuperável

A Administração avalia periodicamente a provisão e as perdas estimadas para perdas por redução ao valor recuperável, considerando, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, com relação às operações de cartão de crédito próprio, de terceiros e de outros valores a receber. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisão aos clientes devedores.

- Aspectos específicos para a controlada indireta Midway Financeira

Quanto à avaliação de risco de crédito, os procedimentos praticados encontram-se aderentes às normas estabelecidas pelo BACEN, conforme disposições da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Basicamente, as operações são classificadas por nível de risco, inicialmente na faixa referente ao nível de risco "A", podendo evoluir para as faixas de maior risco, cujo limite é a faixa "H", em função, especialmente, da decorrência de tempo de atraso dos clientes.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para fins das demonstrações financeiras segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Administração procedeu ao complemento da provisão para perdas por valor recuperável, com base em estudo técnico de acompanhamento da Carteira de Crédito, resultando em um acréscimo em 2019 no montante de R\$ 79.297 (R\$ 73.978 em 2018), em relação aos percentuais mínimos requeridos pelo Banco Central.



(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empresa controlada (*)	418.235	338.713	-	-
Cartão de crédito Riachuelo	-	-	4.145.380	3.491.122
Crédito pessoal	-	-	708.205	689.365
Cartões de créditos terceiros	-	-	619.485	517.490
Antecipação de cartão de crédito de terceiros	-	-	(38.920)	(39.455)
Outros valores a receber	-	-	27.229	34.792
	418.235	338.713	5.461.379	4.693.314
Provisão para perdas por valor recuperável	-	-	(1.110.009)	(880.591)
	418.235	338.713	4.351.370	3.812.723

(*) refere-se ao saldo de contas a receber com a controlada Lojas Riachuelo. O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de produtos é de 30 a 60 dias da data do faturamento.

(b) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS POR VALOR RECUPERÁVEL ESTÁ DEMONSTRADA A SEGUIR:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(1.256)	(651.314)
Constituições/reversões	-	(885.753)
Transferência (*)	1.256	1.256
Baixas	-	655.220
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(880.591)
Constituições/reversões	-	(1.008.547)
Baixas	-	779.129
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(1.110.009)

(*) Transferência para Outros ativos circulantes, por se tratar de operação fora do curso normal das atividades da Companhia.

(c) COMPOSIÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS POR VALOR RECUPERÁVEL POR EMPRESAS:

Empresas	2019	2018
Midway Financeira	1.108.217	879.441
Midway Shopping	1.792	1.150
	1.110.009	880.591

(d) COMPOSIÇÃO DAS OPERAÇÕES NOS CORRESPONDENTES NÍVEIS DE RISCO/QUALIDADE DO CRÉDITO DA MIDWAY FINANCEIRA:

	31 de dezembro de 2019			
Nível de Risco/ Qualidade do crédito	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total das Operações	Provisão Constituída
A - A vencer	3.190.164	-	3.190.164	15.951
B - Vencidos até 30 dias	108.353	38.117	146.470	1.465
C - Vencidos de 31 até 60 dias	104.200	69.291	173.491	5.205
D - Vencidos de 61 até 90 dias	70.559	80.834	151.393	15.139
E - Vencidos de 91 até 120 dias	56.272	87.676	143.948	43.184
F - Vencidos de 121 até 150 dias	38.823	90.027	128.850	64.425
G - Vencidos de 151 até 180 dias	29.029	90.031	119.060	83.342
H - Vencidos acima de 180 dias	127.642	672.567	800.209	800.209
Provisão complementar	-	-	-	79.297
	3.725.042	1.128.543	4.853.585	1.108.217

Percentual de Provisão sobre a Carteira de Crédito

22,83%



31 de dezembro de 2018				
Nível de Risco/ Qualidade do crédito	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total das Operações	Provisão Constituída
A - A vencer	2.812.224	-	2.812.224	14.061
B - Vencidos até 30 dias	105.334	36.980	142.314	1.423
C - Vencidos de 31 até 60 dias	81.677	53.621	135.298	4.059
D - Vencidos de 61 até 90 dias	56.291	60.718	117.009	11.701
E - Vencidos de 91 até 120 dias	46.903	72.877	119.780	35.934
F - Vencidos de 121 até 150 dias	34.957	78.468	113.425	56.713
G - Vencidos de 151 até 180 dias	24.759	77.882	102.641	71.848
H - Vencidos acima de 180 dias	90.043	519.681	609.724	609.724
Provisão complementar			-	73.978
	3.252.188	900.227	4.152.415	879.441
Percentual de Provisão sobre a Carteira de Crédito				21,18%

(e) **RENEGOCIAÇÕES DA MIDWAY FINANCEIRA**

As operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizaram o montante de R\$ 322.170 (R\$ 270.072 em 31 de dezembro de 2018).

Os recebimentos de operações recuperadas totalizaram no exercício o montante de R\$ 107.227 (R\$ 48.479 em 31 de dezembro de 2018).

I - Empresas controladas (*)

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos de contas a receber por data de vencimento estavam assim apresentados:

	2019	2018
A vencer de 61 a 90 dias	108.730	74.809
A vencer de 31 a 60 dias	147.567	132.580
A vencer até 30 dias	161.938	131.324
	418.235	338.713

(*) em 28 de dezembro de 2018, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 650.000 para aumento de capital social na controlada Lojas Riachuelo, que foi totalmente integralizado, sem emissão de novas ações.

II – Cartões de créditos e outros

	Consolidado	
	2019	2018
A vencer há mais de 180 dias	339.095	302.232
A vencer de 91 e 180 dias	762.127	664.929
A vencer de 61 e 90 dias	521.822	458.229
A vencer de 31 e 60 dias	757.250	666.291
A vencer até 30 dias	1.950.155	1.699.114
A vencer	4.330.449	3.790.795
Vencidos até 30 dias	61.047	58.503
Vencidos de 31 e 60 dias	101.795	80.552
Vencidos de 61 e 90 dias	103.764	80.064
Vencidos de 91 e 180 dias	299.806	243.887
Vencidos há mais de 180 dias	564.518	439.513
Vencidos	1.130.930	902.519
	5.461.379	4.693.314



13 ESTOQUES

POLÍTICA CONTÁBIL

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos das fichas técnicas dos produtos tais como, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A Administração espera que os estoques de matéria-prima e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Os estoques de materiais de manutenção são classificados nos ativos circulantes ou não circulantes, considerando o histórico do consumo.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Na controlada Lojas Riachuelo os estoques, incluindo os itens de almoxarifado e embalagens, são avaliados ao custo médio de aquisição ou importação, mensurados pelo menor valor entre o custo e do mercado, ajustado quando necessário por provisão para perda.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuições, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis.

(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos acabados e mercadorias para revenda	6.605	20.996	859.203	765.199
Provisão para perdas nos estoques	-	-	(36.913)	(31.698)
Mercadoria para revenda líquida	6.605	20.996	822.290	733.501
Produtos em elaboração	21.500	23.387	21.500	23.387
Matérias-primas	87.021	73.603	87.021	73.603
Materiais secundários e outros	51.434	51.967	65.216	66.262
Importação em andamento	8.622	1.751	55.702	29.798
Materiais em trânsito	52	246	52	246
	175.234	171.950	1.051.781	926.797

O custo dos estoques reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizou R\$ 957.774 (R\$ 853.992 em 31 de dezembro de 2018) na Controladora e R\$ 2.880.903 (R\$ 2.523.568 em 31 de dezembro de 2018) no Consolidado, conforme descrito na nota 33.1.

(B) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS NOS ESTOQUES

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(25.509)
Constituições	(19.227)
Baixa da provisão por utilização	13.038
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(31.698)
Constituições	(42.662)
Baixa da provisão por utilização	37.447
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(36.913)



14 TRIBUTOS A RECUPERAR

Nota nº	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - Imobilizado	1.255	627	32.576	34.729
ICMS	169	161	55.826	27.692
Imposto de Renda (a)	6.154	14.163	32.147	98.435
Contribuição Social (b)	1.187	29.584	10.461	76.513
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (c)	146.066	4.679	1.295.479	1.259.134
INSS (d)	14.793	14.793	72.023	34.222
Imposto Produtos Industrializados - IPI e Outros	2.680	2.584	3.827	4.528
	172.304	66.591	1.502.339	1.535.253
Circulante	74.342	51.171	434.656	545.816
Não Circulante	97.962	15.420	1.067.683	989.437
	172.304	66.591	1.502.339	1.535.253

(a) Imposto de renda sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, bem como imposto de renda pagos por estimativas, a serem compensados durante os exercícios seguintes.

(b) Saldo de contribuição social recolhidos por estimativas a maior nos exercícios anteriores, a serem compensados durante os exercícios seguintes.

(c) A Controladora reconheceu, no 4º trimestre de 2019, créditos de PIS e COFINS decorrentes do trânsito em julgado de decisão favorável à Companhia em ação judicial que discutiu a tese do ICMS na Base do PIS e da COFINS (RE 574.706), no valor de R\$ 140.862 (R\$ 78.319 tributos recuperados e R\$ 62.543 de atualização monetária). A sua controlada Lojas Riachuelo, no último trimestre de 2018, reconheceu o valor de R\$ 1.167.782 (R\$ 684.658 tributos recuperados e R\$ 483.124 atualização monetária) referente a mesma tese. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a compensar da controlada Lojas Riachuelo é de R\$ 1.098.347 (R\$ 684.658 tributos recuperados e R\$ 413.689 atualização monetária), já deduzidos das compensações efetuadas e atualizações monetárias do exercício, perfazendo um total no consolidado de R\$ 1.239.209.

A expectativa de compensação desses créditos está relacionada a seguir:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2020	58.948	349.563
2021	81.914	389.877
2022	-	341.685
2023	-	158.084
	140.862	1.239.209

(d) Recuperação de créditos na área previdenciária a serem compensados nos exercícios seguintes.

15 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

POLÍTICA CONTÁBIL

A Companhia é controladora do Midway Shopping Center Ltda., empreendimento mantido para fins de renda de aluguel de longo prazo. O imóvel é da controlada e está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas.

(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

A propriedade para investimento corresponde ao empreendimento Midway Mall e foi inicialmente mensurada pelo seu custo e a Administração da Companhia decidiu manter este método de avaliação, por refletir seu negócio de forma mais apropriada.



	Vida útil estimada (em anos)	Consolidado		
		2019		2018
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Propriedade para investimento construída	40	281.430	(109.694)	171.736
				178.223

Taxa média ponderada dos itens sendo mais significativa a propriedade para investimento cuja vida útil de 47 anos está suportada por laudo de avaliação de especialistas.

(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	178.223	185.077
Adições	44	214
Depreciações	(6.531)	(7.059)
Baixas	-	(9)
	171.736	178.223

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor da despesa com depreciação no montante de R\$ 6.531 (R\$ 7.059 em 31 de dezembro de 2018), encontra-se registrada como despesas gerais e administrativas.

Os principais valores reconhecidos no resultado do exercício em relação às propriedades para investimentos são os seguintes:

	2019	2018
Receitas	75.860	71.412
Despesas operacionais	(13.029)	(14.221)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	62.831	57.191
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(8.937)	(9.161)
Lucro líquido	53.894	48.030

A propriedade para investimento está livre de quaisquer restrições quanto à possibilidade de alienação.

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não são considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens de propriedade de investimento.

(c) METODOLOGIA PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

A avaliação da propriedade para investimento foi preparada de acordo com os dados divulgados pela Morning Star Inc, sediada nos Estados Unidos, bem como algumas projeções e taxas divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

A metodologia adotada para determinar o valor de mercado (valor justo) da propriedade para investimento em operação envolveu a elaboração de premissas relacionadas a projeções de ganhos e perdas para 10 anos da propriedade para investimento, adicionadas ao valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do último ano projetado com alguns ajustes no fluxo de caixa e uma taxa de crescimento. Essas projeções são descontadas para a data base da avaliação a uma taxa de desconto correspondente ao retorno mínimo esperado para um ativo de risco semelhante.

As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade projetada segue uma razoabilidade de performance de mercado atrelada aos resultados recentes da operação.

As projeções foram realizadas de forma nominal, ou seja, os efeitos inflacionários foram considerados, sendo utilizado como indicador de reajuste dos preços o IGP-DI, tendo como base as projeções oficiais obtidas no website do Banco Central do Brasil.



Tais projeções refletem a melhor estimativa da Administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade.

Após realização do estudo econômico-financeiro, foi determinado um valor justo no montante de R\$ 919.367 para a data de 31 de dezembro de 2019 (R\$ 876.641 em 31 de dezembro de 2018).

16 IMOBILIZADO

POLÍTICA CONTÁBIL

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, instalações e maquinismo na data de transição para IFRS/CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira, se houver. O custo histórico também inclui os de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25-47
Instalações	20
Máquinas	5-17
Benfeitorias	10
Veículos e transportes	3-25
Móveis, utensílios e equipamentos	4-10
Propriedade para investimentos	40

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

- **Redução dos valores de recuperação dos ativos**

A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

- **Vida útil do imobilizado**

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.



(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

		Controladora		
		2019		2018
Vida útil (em anos)		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imóveis comerciais	25	394.704	(104.404)	290.300
Imobilizado para uso	5 a 25	570.938	(315.472)	255.466
		965.642	(419.876)	545.766
		Consolidado		
		2019		2018
Vida útil (em anos)		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imóveis comerciais	25	394.704	(104.404)	290.300
Imobilizado para uso	3 a 25	3.759.245	(2.264.769)	1.494.476
		4.153.949	(2.369.173)	1.784.776
				1.883.752

16.1 IMÓVEIS COMERCIAIS

(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

		Controladora e Consolidado		
		2019		2018
Vida útil (em anos)		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	213.846	-	213.846
Edifícios	25 a 47	180.404	(104.404)	76.000
Obras em andamento		454	-	454
		394.704	(104.404)	290.300
				330.203

(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

		Controladora e Consolidado		
		Imóveis comerciais		
		Obras em andamento		Total
Custo		Terrenos	Edifícios	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		217.976	241.984	454
Saldos em 31 de dezembro de 2018		217.976	241.984	454
Transferências (*)		(4.130)	(61.580)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		213.846	180.404	454
Depreciação acumulada				
Saldos em 31 de dezembro de 2017		-	(123.896)	-
Despesa de depreciação		-	(6.315)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		-	(130.211)	-
Despesa de depreciação		-	(6.048)	-
Transferências (*)		-	31.855	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		-	(104.404)	-
Saldos líquidos				
31 de dezembro de 2017		217.976	118.088	454
31 de dezembro de 2018		217.976	111.773	454
31 de dezembro de 2019		213.846	76.000	454
				290.300

(*) Saldo transferido para a rubrica "Ativo não circulante mantido para a venda", tendo em vista que em dezembro de 2019, a Administração do Grupo tomou a decisão de disponibilizar os ativos para comercialização nos próximos 12 meses.



16.2 IMOBILIZADO PARA USO

(a) Composição do saldo

		Controladora		
		2019		
		2018		
Vida útil (em anos)		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imóveis	25 a 47	116.637	(64.176)	52.461
Máquinas	16,6	327.613	(184.957)	142.656
Instalações	20	49.792	(26.206)	23.586
Móveis e utensílios (*)	5 a 10	48.420	(37.106)	11.314
Veículos e transportes	5	5.287	(3.027)	2.260
Imobilizações em curso	-	23.189	-	23.189
		570.938	(315.472)	255.466
				255.673

(*) do custo de móveis e utensílios da controladora no valor de R\$ 48.420 (R\$ 44.453 em 31 de dezembro de 2018), R\$ 15.507 (R\$ 14.052 em 31 de dezembro de 2018) possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 32.913 (R\$ 30.401 em 31 de dezembro de 2018), de 10 anos.

		Consolidado		
		2019		
		2018		
Vida útil (em anos)		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imóveis	25 a 47	141.230	(67.626)	73.604
Benfeitoria imóveis terceiros	10	1.773.668	(951.064)	822.604
Máquinas	16,6	327.613	(184.957)	142.656
Instalações	20	501.942	(443.365)	58.577
Móveis e utensílios (**)	5 a 10	817.457	(537.349)	280.108
Veículos e transportes	3 a 25	139.908	(80.408)	59.500
Imobilizado em curso	-	57.427	-	57.427
		3.759.245	(2.264.769)	1.494.476
				1.553.549

(**) do custo de Móveis e utensílios do consolidado de R\$ 817.457 (R\$ 764.724 em 31 de dezembro de 2018), R\$ 343.855 (R\$ 322.470 em 31 de dezembro de 2018) possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 473.602 (R\$ 442.254 em 31 de dezembro de 2018), de 10 anos.



(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

							Controladora
							Imobilizado
							Móveis e utensílios
							Veículos e transportes
							Imobilização em curso
							Total
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2017	114.794	299.754	41.645	42.382	3.105	13.314	514.994
Adições	1.843	958	791	2.157	640	32.474	38.863
Baixas	-	(4.065)	(169)	(245)	-	(154)	(4.633)
Transferências	-	10.926	2.952	159	-	(14.037)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	116.637	307.573	45.219	44.453	3.745	31.597	549.224
Adições	-	6.276	792	3.182	1.636	19.236	31.122
Baixas	-	(8.116)	(82)	(348)	(269)	(274)	(9.089)
Transferências (*)	-	21.880	3.863	1.133	175	(27.370)	(319)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	116.637	327.613	49.792	48.420	5.287	23.189	570.938
Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(57.095)	(163.821)	(20.568)	(32.553)	(2.482)	-	(276.519)
Despesa de depreciação	(3.520)	(12.667)	(988)	(2.642)	(385)	-	(20.202)
Baixas	-	2.789	166	215	-	-	3.170
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(60.615)	(173.699)	(21.390)	(34.980)	(2.867)	-	(293.551)
Despesa de depreciação	(3.561)	(18.269)	(4.900)	(2.469)	(421)	-	(29.620)
Baixas	-	7.011	84	343	261	-	7.699
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(64.176)	(184.957)	(26.206)	(37.106)	(3.027)	-	(315.472)
Saldos líquidos							
31 de dezembro de 2017	57.699	135.933	21.077	9.829	623	13.314	238.475
31 de dezembro de 2018	56.022	133.874	23.829	9.473	878	31.597	255.673
31 de dezembro de 2019	52.461	142.656	23.586	11.314	2.260	23.189	255.466
							Consolidado
							Imobilizado
							Benfeitorias
							imóveis terceiros
							Máquinas
							Instalações
							Móveis e utensílios
							Veículos e transportes
							Imobilização em curso
							Total
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2017	139.387	1.584.242	299.754	501.644	645.715	132.201	3.325.204
Adições	1.843	82.659	958	803	26.628	2.129	307.956
Baixas	-	(7.587)	(4.065)	(17.735)	(11.342)	(1.535)	(48.138)
Transferências (*)	-	33.011	10.926	2.953	103.723	3.888	(2.216)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	141.230	1.692.325	307.573	487.665	764.724	136.683	3.582.806
Adições	-	43.445	6.276	10.589	24.952	2.905	247.995
Baixas	-	(112)	(8.116)	(176)	(11.621)	(2.444)	(25.090)
Transferências (*)	-	38.010	21.880	3.864	39.402	2.764	(46.466)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	141.230	1.773.668	327.613	501.942	817.457	139.908	3.759.245
Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(59.594)	(686.512)	(163.821)	(416.464)	(412.299)	(75.385)	(1.814.075)
Despesa de depreciação	(3.996)	(133.556)	(12.667)	(22.820)	(71.166)	(4.464)	(248.669)
Baixas	-	2.766	2.789	17.720	8.717	1.495	33.487
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(63.590)	(817.302)	(173.699)	(421.564)	(474.748)	(78.354)	(2.029.257)
Despesa de depreciação	(4.036)	(133.171)	(18.269)	(21.977)	(72.274)	(3.619)	(253.346)
Baixas	-	(591)	7.011	176	9.673	1.565	17.834
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(67.626)	(951.064)	(184.957)	(443.365)	(537.349)	(80.408)	(2.264.769)
Saldos líquidos							
31 de dezembro de 2017	79.793	897.730	135.933	85.180	233.416	56.816	1.511.129
31 de dezembro de 2018	77.640	875.023	133.874	66.101	289.976	58.329	1.553.549
31 de dezembro de 2019	73.604	822.604	142.656	58.577	280.108	59.500	1.494.476

(*) referem-se aos valores transferidos para o grupo Intangível, razão pelo qual não zeram.



O montante de adição no imobilizado refere-se substancialmente a 13 remodelações de pontos comerciais, 9 novas lojas, investimentos em TI e antecipações de imobilizações futuras durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, da Controlada Lojas Riachuelo. No exercício findo de 31 de dezembro de 2018, foram 42 remodelações de pontos comerciais, 11 novas lojas, de investimentos em TI e antecipações de imobilizações futuras.

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não são considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens do imobilizado.

16.3 DEPRECIAÇÃO

A Companhia procede a revisão anualmente da vida útil estimada de seu ativo imobilizado com o auxílio dos engenheiros da Companhia, e até 31 de dezembro de 2019, não houve alteração significativa nos processos que afetasse a relação vidas úteis.

A Controlada Lojas Riachuelo realizou a revisão de vida útil das suas principais classes de imobilizado, por meio de uma consultoria especializada em ativos, gerando uma redução na despesa de depreciação no montante de R\$ 15.406 no ano de 2018. Com esse trabalho, a controlada criou novas classes de imobilizado considerando uma nova vida útil para os ativos registrados e futuramente adquiridos.

A depreciação foi apropriada ao custo de produção e mercadorias vendidas e despesas do exercício.

16.4 IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO

CONSOLIDADO:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros

As benfeitorias em imóveis de terceiros compreendem, substancialmente, gastos com a reforma ou adaptação das lojas, amortizáveis em linhas com os contratos de locação, em média 10 anos (imóveis de terceiros).

- Construções em andamento

Refere-se a investimentos na abertura e reforma de lojas.

16.5 PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE IMOBILIZADO ("IMPAIRMENT")

De acordo com o CPC 01 e IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado, intangível e outros ativos ao seu valor de recuperação.

17 INTANGÍVEL

POLÍTICA CONTÁBIL

Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

Pontos Comerciais

Os pontos comerciais das Lojas Riachuelo, adquiridos separadamente, são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico na data da aquisição. Posteriormente, os pontos comerciais, classificados como cessão de direito de uso, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos pontos comerciais registrados durante sua vida útil estimada em 10 anos. Para os contratos onde foram negociados o que classificamos como fundo de comércio, seus valores não sofrem perda ao longo do tempo, portanto não são amortizados.



Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco a dez anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- O *software* pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*;
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a dez anos.

(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

	Vida útil (em anos)	2019			Controladora 2018
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Marcas e patentes	-	156	-	156	135
Gastos com implantação	5	5.435	(2.506)	2.929	523
		5.591	(2.506)	3.085	658

	Vida útil (em anos)	2019			Consolidado 2018
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	1.412	-	1.412	1.391
Pontos comerciais	(*)	73.868	(35.647)	38.221	27.686
Software	5 a 10	186.474	(117.951)	68.523	38.650
Gastos com implantação	5 a 10	266.840	(79.979)	186.861	120.403
		528.594	(233.577)	295.017	188.130

(*) representado por fundo de comércio e direito de uso adquiridos pela Companhia e fundamentado na existência de ponto comercial onde se localizam as lojas da Riachuelo.

Do montante do custo registrado como fundo de comércio, o valor de R\$ 3.000, refere-se a um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo, enquanto o direito de uso pago pela utilização da infraestrutura do imóvel, R\$ 70.868 (R\$ 54.842 em 31 de dezembro de 2018), é amortizável entre seis e dez anos, de acordo com os prazos dos contratos de aluguel.



(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

As movimentações registradas na rubrica "Intangível" foram as seguintes:

	Controladora		
	Marcas e patentes	Gastos com implantação	Total
Custo			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	120	2.312	2.432
Adições	15	576	591
Saldos em 31 de dezembro de 2018	135	2.888	3.023
Adições	21	2.258	2.279
Baixas	-	(30)	(30)
Transferências	-	319	319
Saldos em 31 de dezembro de 2019	156	5.435	5.591
Amortização acumulada			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(2.312)	(2.312)
Despesa de amortização	-	(53)	(53)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(2.365)	(2.365)
Despesa de amortização	-	(141)	(141)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(2.506)	(2.506)
Saldos líquidos			
31 de dezembro de 2017	120	-	120
31 de dezembro de 2018	135	523	658
31 de dezembro de 2019	156	2.929	3.085

	Consolidado			
	Marcas e patentes	Pontos comerciais	Software	Gastos com implantação
Custo				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.375	57.842	131.488	111.264
Adições	16	-	11.401	66.336
Baixas	-	-	(981)	(89)
Transferências (*)	-	-	1.445	771
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.391	57.842	143.353	178.282
Adições	21	15.800	42.995	72.636
Baixas	-	(125)	(88)	(29.979)
Transferências (*)	-	351	214	45.901
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.412	73.868	186.474	266.840
Amortização acumulada				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(25.855)	(94.329)	(44.352)
Despesa de amortização	-	(4.301)	(11.355)	(13.532)
Baixas	-	-	981	5
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(30.156)	(104.703)	(57.879)
Despesa de amortização	-	(5.616)	(13.248)	(22.100)
Baixas	-	125	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(35.647)	(117.951)	(79.979)
Saldos líquidos				
31 de dezembro de 2017	1.375	31.987	37.159	66.912
31 de dezembro de 2018	1.391	27.686	38.650	120.403
31 de dezembro de 2019	1.412	38.221	68.523	186.861

(*) referem-se aos valores transferidos do grupo Imobilizado, razão pelo qual não zeram.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2019, as aquisições de R\$ 131.452 referem-se aquisição de ponto comercial, de projetos de desenvolvimentos de TI da Lojas Riachuelo e na Midway Financeira, e também no processo de desenvolvimento do Banco Midway. No exercício findo de 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 77.753, refere-se basicamente aos projetos de desenvolvimento da TI da Lojas da Riachuelo.



18 FORNECEDORES

POLÍTICA CONTÁBIL

O saldo de fornecedores refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, e de 2018, não existe diferenças relevantes entre o saldo contábil de fornecedores e o seu valor justo.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Nacionais	38.990	56.919	469.441	410.023
Estrangeiros	4.739	5.293	50.560	41.177
	43.729	62.212	520.001	451.200

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólar norte-americano e atualizados até a data final de cada período.

19 FORNECEDORES – “CONFIRMING”

A Controlada Lojas Riachuelo possui convênio com o banco Santander a operação de “confirming” para gerir seus compromissos com os fornecedores, as quais permanecem nesta rubrica até a extinção da obrigação. Nesta operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de produtos para o banco Santander.

				Consolidado	
Modalidade	Taxa média (%)	Base	Vencimento	2019	2018
Em moeda nacional					
Fornecedor - "Confirming"	1,50 a.m.	4 meses	2020	111.912	68.567
				111.912	68.567

20 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

POLÍTICA CONTÁBIL

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.



Moeda Nacional		Nota	Instituição Financeira	Vencimento	Controladora		Consolidado	
Taxa de juros nominal					2019	2018	2019	2018
102,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2019	-	-	-	454	
105,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2019	-	-	-	3.342	
110,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2020	-	-	238.051	244.687	
115,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2019	-	-	-	3.043	
115,00% CDI	(a)	SANTANDER - Midway S.A. CFI	Até 2020	-	-	192.378	179.972	
115,00% CDI	(a)	BRADESCO - Midway S.A. CFI	Até 2020	-	-	214.574	200.737	
109,75% CDI	(a)	BRADESCO - Midway S.A. CFI	Até 2021	-	-	104.036	-	
109,75% CDI	(a)	BRADESCO - Midway S.A. CFI	Até 2022	-	-	104.036	-	
106,75% CDI	(a)	ITAÚ - Midway S.A. CFI	Até 2022	-	-	308.350	-	
2,9% a 9,7% a.a. pré-fixada	(b)	Diversos - Guararapes	Até 2020	31	247	31	247	
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	-	13.819	
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2021	-	-	71.750	133.819	
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2022	-	-	64.649	90.552	
3,50% a.a.	(c)	BNDES - Guararapes	Até 2021	273	523	273	523	
5,50% a.a.	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	-	2.425	
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(d)	BNDES - Guararapes	Até 2019	-	1.160	-	1.160	
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(d)	BNDES - Guararapes	Até 2021	191	367	191	367	
3,00% a.a.	(e)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	Até 2023	-	-	18.996	24.841	
3,50% a.a.	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2021	-	-	7.890	9.741	
4,00% a.a.	(c)	BNDES - Transp. Casa Verde	Até 2019	-	-	-	243	
		Custo de captação		-	-	(1.395)	(2.057)	
					495	2.297	1.323.810	907.915
Circulante					459	1.835	762.175	369.188
Não-circulante					36	462	561.635	538.727
					495	2.297	1.323.810	907.915

(a) Corresponde aos empréstimos tomados pela Midway Financeira, junto às pessoas jurídicas e físicas com juros variando de 102% a 115% do CDI com a finalidade de elevar seus níveis de capital de giro, com conversibilidade imediata, sendo R\$ 236.425 com partes relacionadas (R\$ 247.755 em 31 de dezembro de 2018).

(b) Estão representados pelos financiamentos celebrados entre a Companhia e as instituições financeiras Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., referentes aos incentivos do ICMS (PROADI no Rio Grande do Norte e PROVIN no Ceará).

(c) Recursos utilizados para o capital de giro na expansão, reforma e aquisição de equipamentos da rede de lojas da controlada Lojas Riachuelo, Transportadora Casa Verde e da Companhia.

(d) Recursos liberados à Companhia para ampliação da unidade de Fortaleza/CE e a construção do prédio em Natal/RN onde está instalada o "Call Center" da Lojas Riachuelo.

(e) Aquisição de aeronave.

Todos os contratos firmados pela Companhia com o BNDES têm aval dos acionistas controladores e possuem vencimentos previstos até 2022. Os contratos das controladas com o BNDES e o Santander tem como fiadora a Companhia. Os empréstimos com o Bradesco pelas controladas têm a garantia de Nota Promissória com vencimentos previstos até 2023.

COVENANTS

Os índices das cláusulas contratuais restritivas - "covenants" para o BNDES são calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas cumpriram com os respectivos "covenants", os quais estão apresentadas a seguir:

- Manter a margem EBITDA Adaptada (*) não inferior a 12%. A margem EBITDA Adaptada (*) corresponde ao somatório de EBITDA com as receitas financeiras, dividido pela receita líquida. Todas as premissas para o cálculo da margem EBITDA Adaptada são estabelecidas pelo BNDES, conforme cláusulas contratuais. Em 31 de dezembro de 2019, a margem EBITDA Adaptada era de 19,38%;

- A relação Dívida Líquida/Ativo Total deve atender a um índice de até 33%. Em 31 de dezembro de 2019, a relação era de 10,01%;



- Controlar a liquidez corrente num índice mínimo de 1,10. Em 31 de dezembro de 2019, a liquidez corrente era de 1,71.

(*) Termo e metodologia utilizados de acordo com as condições contratuais estabelecidas entre a Companhia e a instituição financeira.

As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	Não		Não	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.994	2.035	234.052	272.761
Captações	1.026	-	731.380	375.050
Juros e variação cambial	245	-	42.062	4.922
Transferências	1.573	(1.573)	114.006	(114.006)
Amortização de Juros	(238)	-	(23.026)	-
Paqamento de principal	(3.765)	-	(729.286)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.835	462	369.188	538.727
Captações	801	-	80.331	500.000
Juros e variação cambial	75	-	66.635	-
Transferências	426	(426)	477.092	(477.092)
Amortização de Juros	(75)	-	(14.108)	-
Paqamento de principal	(2.603)	-	(216.963)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	459	36	762.175	561.635

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2021	36	138.629
2022	-	421.545
2023	-	1.461
	36	561.635

21 DEBÊNTURES

POLÍTICA CONTÁBIL

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos das debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos das debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Em reunião do Conselho Administrativo realizada em 10 de junho de 2016, foi aprovada a primeira emissão em 15 de junho de 2016 de debêntures em série única no valor de R\$ 200 milhões, da espécie quirografária com garantia fidejussória, sem direito a conversão em ações, com oferta pública e esforços restritos de distribuição, com vencimento em 15 de junho de 2019, amortizável em 3 (três) parcelas anuais e pagamentos semestrais de juros. No dia 22 de dezembro de 2016 foi realizada a reunião do Conselho de Administração aprovando a segunda emissão de debêntures em duas séries, sendo de R\$ 300 milhões a primeira série e de R\$ 175 milhões a segunda série com vencimento em janeiro de 2019.

A Companhia aprovou a 1ª (primeira) emissão de 80 (oitenta) mil de debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 10 (dez), da espécie quirografária com garantia fidejussória, conforme ata de reunião do Conselho Administrativo realizada em 23 de abril de 2018, num montante de R\$ 800.000 (oitocentos) milhões, emissão em 25 de abril de 2018 e vencimento em uma única parcela em 25 de abril de 2021, com remuneração semestral.



A Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão de 600 (seiscentos) mil debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória, com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 600.000 (seiscentos) milhões de reais, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de dezembro de 2018 ("RCA"), emissão em 11 de janeiro de 2019 e vencimento em 3 (três) parcelas anuais e pagamentos de juros semestrais.

Características da oferta das debêntures:

Debêntures	1ª Emissão	2ª Emissão	2ª Emissão	1ª Emissão	2ª Emissão
Emissor	Lojas Riachuelo	Lojas Riachuelo	Lojas Riachuelo	Guararapes	Guararapes
Série	Única	1ª série	2ª série	Única	Única
Títulos emitidos	200.000	300.000	175.000	80.000	600.000
Valor Unitário	1	1	1	10	1
Valor total	R\$200.000	R\$300.000	R\$175.000	R\$800.000	R\$600.000
Remuneração	118,50% do CDI	112,20% (1ª Série) do CDI	113,10% (2ª Série) do CDI	109,50% do CDI	107,75% do CDI
Pagamento de juros	Semestrais	12 e 24 meses após emissão	18 e 24 meses após emissão	Semestrais	Semestrais
Data da emissão	15 de junho de 2016	2 de janeiro de 2017	2 de janeiro de 2017	25 de abril de 2018	11 de janeiro de 2019
Vencimento	15 de junho de 2019	2 de janeiro de 2019	2 de janeiro de 2019	25 de abril de 2021	11 de janeiro de 2023

Moeda nacional

Taxa de juros nominal	Emissor	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2019	2018	2019	2018
118,50% do CDI	Lojas Riachuelo	15/06/2019	-	-	-	66.842
113,10% do CDI	Lojas Riachuelo	02/01/2019	-	-	-	90.596
112,20% do CDI	Lojas Riachuelo	02/01/2019	-	-	-	160.804
Custos a apropriar	Lojas Riachuelo		-	-	-	(295)
109,50% do CDI	Guararapes	25/04/2021	807.383	809.545	807.383	809.545
107,75% do CDI	Guararapes	11/01/2023	616.695	-	616.695	-
Custos a apropriar	Guararapes		(2.104)	(1.519)	(2.104)	(1.519)
			1.421.974	808.026	1.421.974	1.125.973
Circulante			23.027	8.866	23.027	326.813
Não Circulante			1.398.947	799.160	1.398.947	799.160
			1.421.974	808.026	1.421.974	1.125.973

As movimentações das debêntures estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	322.074	337.403
Captações	-	800.000	-	800.000
Juros	34.699	-	64.277	-
Transferências	-	-	337.403	(337.403)
Custo das Debêntures a amortizar	(1.152)	(840)	(1.152)	(840)
Custo das Debêntures amortizado	473	-	473	-
Pagamento de juros	(25.154)	-	(92.096)	-
Amortização do principal	-	-	(304.166)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.866	799.160	326.813	799.160
Captações	-	600.000	-	600.000
Aquisição de custos a apropriar	(1.636)	-	(1.636)	-
Juros	87.574	-	89.928	-
Transferências	213	(213)	213	(213)
Custo das Debêntures amortizado	1.051	-	1.051	-
Pagamento de juros	(73.041)	-	(86.941)	-
Amortização do principal	-	-	(306.401)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	23.027	1.398.947	23.027	1.398.947



COVENANTS

MANTER O DO ÍNDICE FINANCEIRO IGUAL OU INFERIOR A 2,5 (DOIS INTEIROS E CINCO DÉCIMOS).

I. “Índice Financeiro” significa o índice correspondente à razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2019 em diante;

II. “Dívida Líquida” significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o somatório, sem duplicação, de (a) todo endividamento bancário líquido das operações de *hedge (swap)*; (b) todas as obrigações oriundas de operações de mercados de capitais local e internacional; (c) todas as garantias de dívidas de terceiros; subtraído de tal somatório o valor de suas disponibilidades (caixa e aplicações financeiras); e

III. “EBITDA ajustado” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do exercício anual, em linha com a Instrução CVM 527, o lucro líquido, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, “Incentivo Fiscal de IR”, considerando que a Companhia opta por utilizar o EBITDA ajustado por entender que o ajuste referente ao “Incentivo Fiscal de IR” contribui para a geração bruta de caixa, já que não representa desembolso efetivo.

O índice apurado em 31 de dezembro de 2019 sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi de 0,96 (0,58 em 31 de dezembro de 2018), estando inferior ao máximo pactuado.

22 CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

POLÍTICA CONTÁBIL

Os certificados de recebíveis imobiliários são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os certificados de recebíveis imobiliários são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos certificados de recebíveis imobiliários que são diretamente atribuíveis à aquisição, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos certificados de recebíveis imobiliários são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia autorizou a emissão de certificados de recebíveis imobiliários sem garantia real no valor de R\$ 150 milhões atualizados pela taxa final de 99,5% da Taxa DI, com pagamentos de 10 parcelas semestrais, sendo a última em 12 de agosto de 2021. Os recursos obtidos estão sendo utilizados para reforçar o capital de giro do Grupo. Os gastos com a emissão de certificados de recebíveis imobiliários estão registrados como redutores no passivo, os quais estão sendo apropriados ao resultado mensalmente.

Taxa de juros nominal	Emissor	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
			2019	2018
99,5% do CDI	GAIA Securitizadora	12/08/2021	80.911	111.049
Custos do CRI		12/08/2021	(1.197)	(1.953)
Valor líquido CRI			79.714	109.096
Circulante			36.545	30.968
Não Circulante			43.169	78.128
			79.714	109.096



	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo Inicial	109.096	133.396
Gastos amortizados	-	756
Juros sobre CRI	6.109	7.426
Pagamento de juros	(6.293)	(8.722)
Amortização do principal	(29.198)	(23.760)
	79.714	109.096

23 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

POLÍTICA CONTÁBIL

Substitui as orientações existentes na IAS 17 e determina, essencialmente, que os arrendatários passem a reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso de um bem arrendado ou com características de arrendamento mercantil. Sendo assim, contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo da norma contratos com características variáveis, de curto prazo ou de baixo valor. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019.

A Lojas Riachuelo adotou o NBC TG 06 (R3) - IFRS 16 para os seus contratos de locação de lojas firmados com terceiros ou com a sua Controladora Guararapes. Para enquadrarmos esses contratos na nova norma, a Controlada optou pela adoção da Metodologia Retrospectiva Modificada (simples), que para o reconhecimento inicial, no papel de arrendatário, identifica os saldos residuais e através das taxas e prazos definidos traz a valor presente os pagamentos dos arrendamentos e registra os ativos e passivos de acordo com o que foi estabelecido pela norma contábil, não reapresentando exercícios anteriores.

Na adoção inicial, a Controlada utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- (i) Taxas Nominais de desconto, prontamente observáveis, ajustadas ao risco de crédito da última captação obtida pelo Grupo;
- (ii) Contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de aplicação da norma. A contabilização de pagamentos como despesas, em contratos ou parte de contratos cuja composição de valor dependa de variável; e
- (iii) O cálculo da renovatória será considerado apenas quando a renovação for praticamente certa. Para os demais contratos serão considerados apenas o prazo residual vigente.

A Administração do Grupo entende que, pelas características atuais de seus arrendamentos (contratos de aluguel atualizados pela inflação a cada aniversário), deveria adotar, para fins de registro contábil, a utilização da taxa real sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), preservando a consistência de seus fluxos de caixa para esses contratos de arrendamento. Entretanto, optou por adotar a utilização da taxa nominal sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), uma vez que está amparada pela NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, bem como pelo Ofício-Circular CVM SNC/SEP 01/20 - Orientações sobre a elaboração das demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2019, emitido na data de 05 de fevereiro de 2020, não exigindo dessa forma, a aplicação requerida pelo CPC 26 – Apresentação da Demonstrações Contábeis itens 19 e 20.

A Companhia apresentará em nota as informações complementares para fins de comparação entre a modelagem que entende como ideal, a modelagem destacada na norma e a modelagem entendida como *benchmarking* pelos seus órgãos reguladores.

I – CONTRATOS ENQUADRADOS NO IFRS 16/NBC TG 06 (R3)

A Lojas Riachuelo possui um total de 287 contratos (referente a 274 lojas, sede administrativa e centros logísticos), entre eles 39 firmados com a Controladora Guararapes, que foram enquadrados nas mudanças estabelecidas pelo IFRS 16/NBC TG 06 (R3) Operações de Arrendamento.



Para chegar nas taxas de desconto aplicáveis, a Controlada se baseou em taxas de juros prontamente observáveis no mercado brasileiro, considerando os prazos de cada contrato, ajustadas ao risco de crédito obtido pelas captações a mercado realizadas pelas empresas do Grupo.

A tabela abaixo evidencia a taxa média ao ano de acordo com os prazos de vencimento dos contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos Contratos	Taxa Média a.a. (%)
até 3 anos	7,93%
até 6 anos	9,19%
até 9 anos	9,78%
até 11 anos	9,54%

As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

a) MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO DE DIREITO DE USO:

	Consolidado
Adoção inicial - IFRS 16/ NBC TG (R3)	938.966
Remensuração (*)	233.164
Saldos em 01 de janeiro de 2019	1.172.130
Depreciação acumulada	(204.374)
Adições	66.254
Remensuração (**)	(35.075)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	998.935

(*) Remensuração realizada na implantação da norma, decorrente, substancialmente, das opções de renovação para algumas lojas que não estavam sendo consideradas anteriormente.

(**) Remensuração calculada no 4º trimestre baseada na orientação CVM através de Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, onde a Controlada ajustou o valor do seu reconhecimento inicial, que estava líquido de PIS e COFINS, além da taxa de desconto utilizada, onde passou a aplicar a taxa nominal.

b) MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE ARRENDAMENTO:

	Consolidado
Adoção inicial - IFRS 16/ NBC TG (R3)	938.966
Remensuração	233.164
Saldos em 01 de janeiro de 2019	1.172.130
Juros incorridos	88.962
Paqamentos	(252.771)
Adições	66.254
Remensuração	(35.075)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.039.500
Circulante	259.964
Não Circulante	779.536
	1.039.500

c) CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DO PASSIVO DE ARRENDAMENTO:

Vencimento	Consolidado
2020	259.964
2021	180.438
2022	168.344
2023	150.595
2024	113.494
Demais anos	166.665
	1.039.500



d) **CRÉDITO DE PIS E COFINS:**

A Controlada possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel que aderiram ao NBC TG 06 (R3) na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos abaixo os valores potenciais desses impostos, considerando o saldo dos contratos na adoção e o seu ajuste a valor presente no consolidado:

	Valor Nominal	Ajustado a Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	1.292.623	1.172.130
PIS e COFINS potencial (9,25%)	119.568	108.422

e) **MISLEADING PROVOCADO PELA PLENA APLICAÇÃO DO NBC TG 06 (R3):**

Com o objetivo de estar em conformidade com a norma, a Lojas Riachuelo optou pela adoção da metodologia de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados considerando uma taxa nominal na aplicação dessa técnica. Entendemos que essa metodologia gera distorções relevantes na informação prestada, considerando a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Além do mais, devido às características dos seus contratos de arrendamento, a Controlada considera como metodologia ideal a utilização de uma taxa real de desconto na aplicação do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos descontados.

Desta forma, para resguardar a representação fidedigna da informação e em atendimento as áreas técnicas da CVM, apresentamos abaixo os saldos comparativos do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado e do exercício anterior:

	Taxa Média a.a.	Adoção	Ano 1
Direito de Uso			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada) (*)	8,86%	1.083.825	998.935
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM) (*)	8,86%	1.226.002	1.123.714
FCD Real x Taxa Real (Característica contrato)	4,55%	1.226.002	1.139.322
Passivo de Arrendamento			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)		1.083.825	1.039.500
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		1.226.002	1.195.501
FCD Real x Taxa Real (Característica contrato)		1.226.002	1.166.070
Despesa Financeira			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)			88.962
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)			104.506
FCD Real x Taxa Real (Característica contrato)			53.788
Despesa de Depreciação			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)			204.374
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)			225.731
FCD Real x Taxa Real (Característica contrato)			225.731

II – CONTRATOS NÃO ENQUADRADOS NO IFRS 16/NBC TG 06 (R3)

A Lojas Riachuelo possui um total de 50 contratos de locação de lojas e administrativos com características de composição de valor variável pagos a terceiros, cujo montante permaneceu na despesa com aluguéis operacionais somando o total de R\$ 26.067, em 31 de dezembro de 2019. Os compromissos desses contratos, baseados na projeção de venda futura da controlada estão indicados abaixo:

Vencimento	Consolidado
2020	38.549
2021	38.838
2022	36.112
2023	30.900
2024	27.012
Demais anos	65.908
	237.319



24 SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

POLÍTICA CONTÁBIL

Participação nos lucros e bônus

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado no decorrer do exercício e ajustado no encerramento anual, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão de férias e encargos	22.761	20.025	123.604	112.407
Salários a pagar	53	142	10.623	7.195
FGTS a recolher	2.341	2.154	9.939	9.266
INSS a recolher	6.057	2.597	28.786	27.728
Participações nos lucros	2.600	1.600	89.457	49.962
Outros	245	620	9.548	8.996
	34.057	27.138	271.957	215.554

25 OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS	7.402	7.385	140.530	135.310
COFINS	6.237	-	45.582	57.120
PIS	1.203	-	9.201	10.937
Outros	-	-	13.720	10.614
	14.842	7.385	209.033	213.981

26 OBRIGAÇÕES COM ADMINISTRADORES DE CARTÕES

A controlada Lojas Riachuelo, por meio da Midway Financeira, oferece o cartão embandeirado aos seus clientes com as bandeiras Visa e Mastercard. O saldo de R\$ 1.527.204 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.238.797 em 31 de dezembro de 2018) representa as contas a pagar com as administradoras de cartão de crédito, decorrentes da utilização, pelos seus clientes, do cartão "co-branded" em transações de compra de produtos no varejo em geral.

27 PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

POLÍTICA CONTÁBIL

As provisões para despesas e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando:

- O Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- Seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- O valor puder ser estimado com segurança.

As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor justo dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir possíveis perdas.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão por natureza				
Trabalhistas	9.598	11.091	36.729	40.128
Fiscais	4.340	2.220	141.973	131.665
Cíveis	-	-	15.390	16.768
	13.938	13.311	194.092	188.561
Depósito judicial				
Fiscais	(4.340)	(2.392)	(4.340)	(2.392)
	9.598	10.919	189.752	186.169

(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis é a seguinte:

	Controladora				Consolidado	
	Fiscal	Trabalhista	Depósito	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.220	11.950	(2.392)	11.778		
Reversão	-	(859)	-	(859)		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.220	11.091	(2.392)	10.919		
Reversão	-	(1.493)	-	(1.493)		
Encargos	2.120	-	(1.948)	172		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.340	9.598	(4.340)	9.598		
					Consolidado	
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total	Depósito	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	88.669	49.598	19.165	157.432	(2.392)	155.040
Constituição (reversão)	42.996	(6.599)	(2.397)	34.000	-	34.000
Baixa	-	(2.871)	-	(2.871)	-	(2.871)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	131.665	40.128	16.768	188.561	(2.392)	186.169
Constituição (reversão)	8.188	(3.399)	(1.378)	3.411	-	3.411
Encargos	2.120	-	-	2.120	(1.948)	172
Saldos em 31 de dezembro de 2019	141.973	36.729	15.390	194.092	(4.340)	189.752

(c) PROCESSOS FISCAIS

(c.1) CONTROLADORA

(c.1.1) Processos de natureza fiscal provisionados

A Companhia possui ações questionando a cobrança do valor da contribuição do INCRA e a inclusão de verbas indenizatórias na base de cálculo da contribuição previdenciária. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão totalizava R\$ 4.340. Há depósito judicial de R\$ 4.340.



Provisionado	Controladora		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
INCRA/INSS	4.340	(4.340)	-
Trabalhistas	9.598	-	9.598
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.938	(4.340)	9.598

Provisionado	Controladora		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
INCRA/INSS	2.220	(2.392)	(172)
Trabalhistas	11.091	-	11.091
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.311	(2.392)	10.919

(c.1.2) Processos de natureza fiscal não provisionados

- Processos 16707.003570/2005-57, 10469.725077/2011-11 e 10469.724403/2014-16 - Lucro da Exploração

A Companhia sofreu autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, tendo como objeto a não exclusão das receitas de aluguéis da base de cálculo do lucro da exploração, nos períodos de 2001 a 2004, de 2006 a 2009 e de 2010 a 2011, cujos valores históricos montam respectivamente a R\$ 111.775, R\$ 29.992 e R\$ 79.778. Os valores atualizados envolvidos nas discussões, até 31 de dezembro de 2019, totalizam respectivamente R\$303.002 (R\$ 274.665 em 31 de dezembro de 2018), R\$ 59.451 (R\$ 55.562 em 31 de dezembro de 2018) e R\$ 132.187 (R\$ 123.539 em 31 de dezembro de 2018). Os processos 16707.003570/2005-57 e 10469.724403/2014-16 já tiveram a fase administrativa encerrada e as respectivas discussões prosseguem judicialmente, com o oferecimento de apólices de seguro fiança como garantia.

A Administração do Grupo entende, conforme parecer de seus assessores legais, que a possibilidade de perda é remota e, assim, nenhuma provisão foi constituída.

- ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Controladora, amparada por decisão judicial transitada em julgado, vem apurando e recolhendo mensalmente estes tributos com a exclusão do ICMS em suas bases de cálculo e sem a constituição de provisão.

(c.1.3) Processos de natureza trabalhista

A Companhia mantém ainda provisão para perdas processuais (trabalhistas) no montante de R\$ 9.598 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 11.091 em 31 de dezembro de 2018).

(c.1.4) Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho não provisionado

- Processo 0000694-45.2017.5.21.0007

O Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia, na qual foi requerida indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 37,7 milhões e a formação de vínculo empregatício direto entre a Guararapes e os empregados das oficinas de costura (empresas prestadoras de serviços). A Justiça do Trabalho, em decisão de 1ª instância, indeferiu a indenização pretendida, bem como a referida formação de vínculo empregatício, declarando apenas a responsabilidade subsidiária da Guararapes por eventuais inadimplementos de verbas trabalhistas devidas pelas oficinas de costura aos seus empregados. Houve recurso das partes pendente de julgamento junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. O departamento jurídico da Companhia e seus assessores legais classificam o risco como remoto, não tendo sido constituída nenhuma provisão.



(c.2) CONSOLIDADO

(c.2.1) Processos de natureza fiscal provisionados

- PIS e COFINS – Créditos sobre venda de eletrônicos - Lei do Bem nº 11.196/05

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. obteve o deferimento de medida liminar em 2016, reestabelecendo o benefício previsto na Lei do Bem nº 11.196/05, suspendendo a exigibilidade de PIS e COFINS na venda de produtos eletrônicos, que havia sido revogada através da Medida Provisória nº 690/2015 convertida na Lei nº 13.241/15. Em maio de 2017, houve acórdão pelo TRF que julgou improcedente a ação, revogando a liminar, cujos valores passaram a ser apurados e depositados mensalmente em juízo até dezembro de 2018, quando se encerrou o prazo do benefício. Em 31 de dezembro de 2019, o total provisionado corresponde a R\$ 113.071 (R\$ 106.984 em 31 de dezembro de 2018).

(c.2.2) Processos de natureza trabalhista e cível provisionados

Os principais temas abordados nos processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial e verbas rescisórias, entre outros. Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, oriundos de seus clientes.

A provisão para esses processos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Os assessores jurídicos internos do grupo fazem a análise individual dos processos, levando em consideração o risco de perda e também se baseando em experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados.

Provisão de natureza trabalhista e cível	Consolidado	
	2019	2018
Midway Financeira	23.616	26.960
Lojas Riachuelo	18.699	18.548
Transportadora Casa Verde	206	297
Guararapens Confecções	9.598	11.091
	52.119	56.896

Provisionado	Consolidado	
	Depósito Judicial	Líquido
INCRA/INSS	4.340	(4.340)
PIS/COFINS - Lei do Bem	113.071	-
PIS/COFINS - Créditos	24.562	-
Processos de natureza trabalhista e cível	52.119	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	194.092	(4.340)

Provisionado	Consolidado	
	Depósito Judicial	Líquido
INCRA/INSS	2.220	(2.392)
Salário-Educação	678	-
PIS/COFINS - Lei do Bem	106.984	-
PIS/COFINS - Créditos	21.783	-
Processos de natureza trabalhista e cível	56.896	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	188.561	(2.392)

(c.2.3) Processos de natureza fiscal não provisionados

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui em 31 de dezembro de 2019, processos tributários no montante de R\$ 418.996 (R\$ 401.949 em 31 de dezembro de 2018), para os quais seus assessores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível, portanto não provisionados, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas do IFRS. Os principais temas abordados nos processos estão descritos a seguir:



- ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Controlada Lojas Riachuelo S.A., amparada por nova decisão liminar, vem apurando e recolhendo mensalmente estes tributos com a exclusão do ICMS de suas bases de cálculo e sem a constituição de provisão.

- PIS "Semestralidade"

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui autuações relativas a compensações realizadas com base em decisões judiciais favoráveis já transitadas em julgado versando sobre a constitucionalidade dos Decretos – Lei 2445/88 e 2449/88. Com o encerramento da discussão de mérito de um dos processos, remanesce na esfera administrativa o valor controverso de R\$ 7.137 (R\$ 38.876 em 31 de dezembro de 2018), já incluído juros e multa de mora.

- PIS/COFINS – Não Cumulatividade

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. realizou a tomada de créditos de PIS e COFINS sob o regime não-cumulativo de apuração, os quais foram glosados pela Secretaria da Receita Federal – SRF mediante a lavratura de autos de infração, cujo valor exigido com a aplicação de juros e multa de mora monta a R\$ 166.499 (R\$ 165.785 em 31 de dezembro de 2018), conforme extrato disponibilizado no sítio eletrônico da RFB.

- PIS/COFINS/II

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. foi autuada em virtude de suposta divergência na base de cálculo do PIS, da COFINS e do Imposto de Importação (II) nas operações de importações de mercadorias, cujo valor exigido com a aplicação de juros e multa de mora monta a R\$ 39.264 (R\$ 36.984 em 31 de dezembro de 2018). A discussão aguarda julgamento na esfera administrativa.

- Contribuições Previdenciárias

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui autuação em virtude de suposta divergência no pagamento das contribuições previdenciárias incidentes sobre o programa de participação nos lucros e resultados da empresa – PLR. A discussão está na fase administrativa e o valor envolvido com a aplicação de juros e multa de mora monta a R\$ 13.774 (R\$ 16.727 em 31 de dezembro de 2018), conforme extrato obtido no sítio eletrônico da RFB. A redução resulta de ajuste realizado quanto ao método de correção, adotando-se o valor atualizado constante no sítio eletrônico da RFB.

- ICMS – Base de Cálculo

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. sofreu autuações por parte da Fazenda do Estado da Bahia em decorrência de suposta divergência na base de cálculo do ICMS nas operações de transferências entre Centro de Distribuição e Filiais. Os processos estão em discussão nas esferas judicial e administrativa e os montantes envolvidos com a aplicação de juros e multa de mora equivalem, respectivamente, a R\$ 10.555 e R\$ 4.336 (R\$ 8.679 em 31 de dezembro de 2018). Há ainda processos judiciais relativos a essa mesma operação envolvendo supostas divergências de estoque e que totalizam R\$ 7.591 (R\$ 6.712 em 31 de dezembro de 2018).

- ICMS – Diversos

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui autuações por parte dos Fiscos Estaduais envolvendo seus diversos estabelecimentos relacionados à antecipação tributária, supostas divergências de estoques, creditamento indevido e descumprimento de obrigações acessórias, sendo que há processos nas fases administrativa e judicial. O montante envolvido com a aplicação de juros e multa de mora monta R\$ 73.838 (R\$ 51.747 em 31 de dezembro de 2018), considerando o crescimento decorrente de novos processos abertos em 2019.

- ICMS – Importação

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui discussão judicial relativa ao creditamento de ICMS em operação de importação, devidamente garantida por fiança bancária, atualmente aguardando julgamento. O montante envolvido com a aplicação de juros e multa de mora equivale a R\$ 38.661 (R\$ 43.626 em 31 de dezembro de 2018). A redução resulta de ajuste realizado quanto ao método de correção, adotando-se o valor atualizado constante no sítio eletrônico da PGE/SP.



- Tributos Federais

A Controlada Midway S/A – Crédito, Financiamento e Investimento possui processos tributários em trâmite na esfera administrativa referentes a pedidos de compensação de tributos federais pendentes de homologação. O montante envolvido com a aplicação de juros e multa de mora equivale a R\$ 12.523.

(d) DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os tributos e as obrigações trabalhistas discutidos nas esferas administrativas e judiciais garantidos por depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS - Execução fiscal (*)	-	-	5.596	5.596
Fiscal/INSS	72	72	626	626
PIS/COFINS - ICMS (**)	-	119.224	-	119.225
PIS/COFINS - MP do bem	-	-	113.110	103.751
Cível/Trabalhista	4.644	5.253	12.987	13.454
Outros Depósitos	-	-	6.179	5.784
	4.716	124.549	138.498	248.436

(*) ICMS - Execução fiscal: tendo por exequente a Fazenda do Estado Rio de Janeiro. Em setembro de 2009, foi ajuizada execução fiscal contra a Controlada Lojas Riachuelo S.A. que tramita perante a 11ª Vara da Fazenda Pública daquele Estado sob o nº 2009.001.228723-0, visando à cobrança do valor de R\$ 5.596 a título de ICMS decorrente de divergências de estoque. A controlada, apoiada pelos seus assessores jurídicos internos, decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista que a probabilidade de perda desse processo foi avaliada como possível.

(**) Os depósitos judiciais de junho de 2007 a março de 2015 referentes ao processo ICMS na base do PIS e da COFINS da Companhia foram levantados em 18 de dezembro de 2019, que corrigidos totalizaram o valor de R\$ 127.030 (o valor da atualização monetária de R\$ 7.805 em 2019, cujo lançamento se encontra registrado na conta de variação monetária ativa).

Mapa de movimentação do saldo

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	121.613	192.751
Depósitos	1.244	55.493
Baixa de depósito	(3.225)	(8.205)
Atualização monetária	4.917	8.397
Saldos em 31 de dezembro de 2018	124.549	248.436
Depósitos	1.027	23.103
Baixa de depósito	(128.665)	(140.846)
Atualização monetária	7.805	7.805
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.716	138.498

28 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

POLÍTICA CONTÁBIL

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.



O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, lucro este trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. Esse estudo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (15% para a Midway Financeira a partir de 01 de janeiro de 2019).



O efeito dos impostos diferidos ativos e passivos está apresentado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízos fiscais	348.506	271.632	824.983	685.328
Provisão para perdas por valor recuperável	1.267	2.946	748.613	500.695
Provisão para riscos tributários	-	-	138.403	136.108
Provisão para contingências - Trabalhistas e cíveis	13.938	13.311	86.948	80.158
Provisão para perdas estimadas em estoque	-	-	36.913	31.698
Provisão para participação dos funcionários no resultado	2.600	1.600	89.648	50.126
Lei 12.973/14 - Implantação do saldo inicial	(42.907)	(45.235)	(98.931)	(45.235)
Ajuste IFRS 16	-	-	43.018	-
Revisão vida útil - CPC 27	-	-	(46.409)	(43.265)
Revisão mais valia - CPC 27	(201.609)	(208.829)	(201.609)	(208.829)
Outras diferenças temporárias	8.732	415	9.476	1.157
Base de cálculo	130.527	35.840	1.631.053	1.187.941
Alíquota nominal IRPJ	25%	25%	25%	25%
IRPJ Diferido	32.632	8.960	407.763	296.985
Alíquota nominal CSLL	9%	9%	9%	9%
CSLL Diferido	11.747	3.226	146.795	106.915
Complemento CSLL diferido (*)	-	-	47.108	60.035
Total do IRPJ e CSLL - Diferido	44.379	12.185	601.666	463.935
Ativo não circulante	44.379	12.185	602.646	463.935
Líquido	44.379	12.185	602.646	463.935

(*) O complemento da CSLL é decorrente da diferença de alíquota na consolidação dos saldos da controlada indireta Midway Financeira, a qual possui alíquota de 15% (20% em 31 de dezembro de 2018) em consonância com a lei 13.169/15.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – ATIVO

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais	(a)	118.492	92.355	280.494	242.645
Provisão para perdas ao valor recuperável		431	1.002	299.369	224.989
Provisão para riscos trabalhista, fiscais e cíveis		4.739	4.525	50.538	76.546
Diferenças temporais - Provisão		7.424	4.886	74.732	25.048
	(b)	131.086	102.768	705.133	569.228

(a) O valor do imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal de R\$ 280.494 registrado em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 242.645 em 31 de dezembro de 2018), é composto por: R\$ 161.906 (R\$ 149.817 em 31 de dezembro de 2018) da Controlada Lojas Riachuelo S.A.; R\$ 96 (R\$ 473 em 31 de dezembro de 2018) da Transportadora Casa Verde e R\$ 118.492 (R\$ 92.355 em 31 de dezembro de 2018) da Companhia.

(b) O valor total do imposto de renda e contribuição social diferido ativo de R\$ 705.133 registrado em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 569.228 em 31 de dezembro de 2018), é composto por: R\$ 253.233 (R\$ 220.239 em 31 de dezembro de 2018) é da Lojas Riachuelo; R\$ 320.589 (R\$ 245.598 em 31 de dezembro de 2018) é da Midway Financeira; R\$ 225 (R\$ 623 em 31 de dezembro de 2018) é da Transportadora Casa Verde e R\$ 131.086 (R\$ 102.768 em 31 de dezembro de 2018) é da Companhia.



A expectativa de realização do saldo em 31 de dezembro de 2019, está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
2020	-	15.498
2021	3.722	26.736
2022	6.871	38.086
2023	14.282	56.211
2024	16.165	63.469
2025	19.025	22.067
2026	23.803	23.803
2027	29.241	29.241
2028	5.383	5.383
	118.492	280.494

As controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis que tomou como base as projeções de rentabilidade futura e o limite de 30% do lucro tributável para compensação anual, conforme legislação vigente, registraram em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal.

Para os impostos de rendas e contribuições sociais diferidos, referente a provisão para perdas por valor recuperável e demais despesas com efeitos temporais, não foram realizados o escalonamento de realização tendo em vista que sua realização não tem data previstas. Nos casos de provisão para as contingências fiscais, trabalhistas e cíveis também a data da realização é incerta, pois depende do resultado do julgamento por parte das esferas administrativas e judiciais.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre a adoção aos IFRS e CPCs	2019	2018	2019	2018
Custo Atribuído	68.547	71.002	68.547	71.002
Diferença de taxas de depreciação	18.160	19.581	33.940	34.291
	86.707	90.583	102.487	105.293

	Controladora		Consolidado	
Ajuste de avaliação patrimonial sobre a adoção aos IFRS e CPCs	2019	2018	2019	2018
Custo Atribuído	201.609	208.829	201.609	208.829
Diferença de taxas de depreciação	53.412	57.591	99.824	100.856
Base de cálculo	255.021	266.420	301.433	309.685
IR diferido à alíquota de 25%	63.755	66.605	75.358	77.421
CSLL diferida à alíquota de 9%	22.952	23.978	27.129	27.872
	86.707	90.583	102.487	105.293



DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	Controladora	
	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	560.457	1.183.466
Alíquota nominal %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	(190.555)	(402.378)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	92.956	344.064
Incentivos fiscais - ICMS	29.423	22.688
Juros sobre capital próprio	101.034	87.365
Provisão para perdas por valor recuperável	571	(575)
Despesas Indedutíveis	(5.924)	32
Tributos com exigibilidades suspensas	(1.367)	-
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior	-	522
	216.693	454.096
Diferenças temporárias:		
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs - Custo Atribuído	3.246	1.124
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs - Vida Útil	-	(2.545)
Créditos fiscais diferidos sobre as provisões da adoção dos CPCs	2.810	1.911
	6.056	490
Imposto de renda e contribuição social no resultado (corrente e diferido)	32.194	52.208
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior	-	522
Diferido	32.194	51.686
	32.194	52.208
Provisão de IRRF Assalariado, Diversos e IRPJ e CSLL Estimativas	12.165	-
IRRF s/JCP	40.973	-
Pagamentos IRRF s/JCP	(8.255)	-
Pagamentos antecipados	(12.151)	(5.661)
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	586	6.247
Imposto de renda e contribuição social a recolher	33.318	586



	Consolidado	
	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	712.364	1.789.048
Alíquota nominal - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	(242.204)	(608.276)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Diferença de alíquota nominal aplicada na controlada indireta Midway Financeira	(26.426)	(58.792)
Provisão para perdas por valor recuperável	(63.138)	(72.729)
Incentivos fiscais - ICMS	29.423	22.688
Juros sobre capital próprio	101.034	87.365
Despesas Indedutíveis	(24.554)	18.345
Lucros nos estoques	1.254	(1.745)
IR e CSLL sobre tributos com exigibilidades suspensas	636	(89)
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior	5.285	522
	23.514	(4.435)
Diferenças temporárias:		
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs - Custo Atribuído	-	1.124
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs - Vida Útil	93.495	905
Créditos fiscais diferidos sobre as provisões da adoção dos CPCs	5.482	57.308
	98.977	59.337
Imposto de renda e contribuição social no resultado (corrente e diferido)	(119.713)	(553.374)
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior	5.285	522
Corrente	(263.366)	(535.553)
Diferido	138.368	(18.343)
	(119.713)	(553.374)
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	263.366	535.553
Provisão de IRRF Assalariado, Diversos e IRPJ e CSLL Estimativas	12.165	-
IRRF s/JCP	40.973	-
Pagamentos IRRF s/JCP	(8.255)	-
Pagamentos antecipados	(539.354)	(100.166)
Compensação IRPJ e CSLL	(130.359)	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	515.536	80.149
Imposto de renda e contribuição social a recolher	154.072	515.536

A Companhia possui saldo credor de correção monetária especial, instituída pelo Artigo 2º da Lei nº 8.200/91, sujeito à tributação futura, no montante de R\$ 6.196 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 6.676). Essa correção monetária foi registrada para os imóveis comerciais (Nota 16.1), e o imposto de renda é calculado e contabilizado de acordo com a realização desses bens, por depreciação ou alienação, nos termos da Instrução CVM nº 176/92. O imposto de renda e a contribuição social sobre o referido saldo no valor de R\$ 2.106 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 2.269).

Os créditos diferidos do imposto de renda sobre o lucro líquido, apresentados no ativo não circulante, são calculados sobre as diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social e são contabilizados quando há expectativa provável de realização desses ativos em curto prazo, estando registrados pelas alíquotas que estão vigentes na época da sua realização.

29 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

POLÍTICA CONTÁBIL

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidas como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.



O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

29.1 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado está representado por 499.200.000 ações nominativas escriturais sendo totalmente integralizadas em ações ordinárias, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 30 de abril de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, está representado por 62.400.000 ações nominativas escriturais, sendo 31.200.000 ações ordinárias e 31.200.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Composição com destaque dos principais acionistas em 31 de dezembro de 2019

Acionista	Escritural Ordinária	%
LISIANE GURGEL ROCHA	139.264.056	27,90
ELVIO GURGEL ROCHA	137.310.416	27,50
FLAVIO GURGEL ROCHA	136.510.408	27,35
OUTROS	86.115.120	17,25
	499.200.000	100,00

Composição com destaque dos principais acionistas em 31 de dezembro de 2018

Acionista	Total	%	Escritural Ordinária	%	Escritural Preferencial	%
LISIANE GURGEL ROCHA	17.408.007	27,90	8.040.029	25,77	9.367.978	30,03
ELVIO GURGEL ROCHA	17.163.802	27,51	7.850.824	25,16	9.312.978	29,85
FLAVIO GURGEL ROCHA	17.063.801	27,35	7.750.824	24,84	9.312.977	29,85
OUTROS	10.764.390	17,24	7.558.323	24,23	3.206.067	10,27
	62.400.000	100,00	31.200.000	100,00	31.200.000	100,00

O capital social da Companhia é dividido em:

- Ações ordinárias

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- Ações preferenciais

Na Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais realizada em 20 de dezembro de 2018, foi aprovado pelos acionistas presentes, a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, conforme proposta aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de novembro de 2018.

Em 29 de janeiro de 2019, encerrou o prazo para que os acionistas detentores de ações preferenciais de emissão da Companhia que não compareceram à Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais da Guararapes Confeções S.A. ("Companhia") realizada no dia 20 de dezembro de 2018 ("Acionistas Dissidentes") manifestassem sua intenção de exercer o direito de retirada em razão da aprovação da conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1:1 ("Conversão de Ações").

A Companhia foi informada por seu agente escriturador, que somente acionistas titulares de 320 ações preferenciais da Companhia exerceram o seu direito de retirada em razão da aprovação da Conversão de Ações. Dada a quantidade de Acionistas Dissidentes que exerceram seu direito de recesso, a Administração da Companhia decidiu não convocar assembleia geral para ratificar ou reconsiderar a aprovação da Conversão de Ações. Dessa forma, a Administração da Companhia passou a tomar todas as medidas necessárias para implementar a Conversão de Ações e, a partir de 7 de fevereiro de 2019, a Companhia passou a contar somente com ações ordinárias.

- Ações em tesouraria

A Companhia em 05 de fevereiro de 2019, desembolsou R\$ 20 na aquisição de 320 ações preferencias no valor unitário de R\$ 63,64.



29.2 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Administração da Companhia aprovou nas reuniões do Conselho de Administração em 2019 o creditamento aos seus acionistas de juros sobre capital próprio (JCP), calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), cujo o pagamento será deliberado na Assembleia Geral Ordinária de 2020, conforme demonstrativo abaixo:

Data da reunião do Conselho de Administração	Trimestre	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido
22 de março de 2019	1º	27.743	3.890	23.853
24 de junho de 2019	2º	16.274	2.290	13.984
25 de setembro de 2019	3º	14.976	2.076	12.900
23 de dezembro de 2019	4º	238.167	32.718	205.449
Total do Juros sobre capital próprio creditado		297.160	40.974	256.186

Cálculo dos juros sobre capital próprio:

	2019	2018	2017
Patrimônio líquido do exercício anterior	4.929.147	3.971.163	3.520.752
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	(138.102)	(142.548)	(146.992)
(-) Complemento de dividendos proposto em 2017	-	(6.259)	-
Patrimônio líquido ajustado para o cálculo da JCP	4.791.045	3.822.356	3.373.760
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP	6,20%	6,72%	3,38%
Juros sobre capital próprio bruto	297.160	256.956	114.173
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(40.974)	(36.391)	(16.454)
Juros sobre capital próprio líquido a pagar	256.186	220.565	97.719
Juros sobre capital próprio bruto por ação			
Ações ordinárias - ON (*)	0,5953	0,5147	0,2287

(*) 2018 recalculado tendo em vista a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias.

Nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, apresentamos os cálculos dos juros sobre o capital próprio creditados nos respectivos exercícios. Entretanto em 2018, o cálculo dos dividendos mínimo obrigatório foi superior aos juros sobre capital próprio, conforme demonstrados abaixo.

Demonstrativo dos cálculos dos dividendos sobre os resultados apurados em 2019 e 2018:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	592.651	1.235.674
Incentivo fiscal do ICMS	(86.538)	(66.731)
Constituição de reserva legal	(25.306)	(58.447)
Base de cálculo do dividendo	480.807	1.110.496
Percentual sobre a base de cálculo - %	25,0%	25,0%
Dividendo total proposto	120.200	277.620
Quantidade de ações	2019	2018
Total de dividendos por tipo de ação:		
Ordinária	499.200.000	120.200
Dividendos por ação		
Ações ordinárias - ON (*)	0,2400	0,5600

(*) 2018 recalculado tendo em vista a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias.

Comparação dos juros sobre capital próprio com a apuração dos dividendos:

	2019	2018
Dividendos apurados	120.200	277.620
Juros sobre capital próprio creditado	(297.160)	(256.956)
Dividendos complementar obrigatório	-	20.664



Em 31 de dezembro de 2018, foi constituída uma provisão de dividendos complementar obrigatório, tendo em vista que o mínimo obrigatório ficou acima dos juros sobre o capital próprio creditado no exercício de 2018.

Demonstramos a movimentação dos juros sobre capital próprio a seguir:

	2019	2018
Saldo inicial	222.124	98.899
Juros sobre capital próprio - provisão	297.160	256.956
Pagamento de IRRF	(8.255)	(36.391)
IRRF - provisão	(32.718)	-
Pagamentos de juros sobre capital próprio (*)	(219.707)	(97.340)
Prescrição de juros sobre capital próprio	(867)	-
	257.737	222.124

(*) Do montante de Juros sobre capital próprio pago em 2018 o valor de R\$ 21.789, do acionista majoritário foi transferido para partes relacionadas - contrato de mútuo.

Demonstramos a movimentação dos dividendos a seguir:

	2019	2018
Saldo inicial	20.944	6.514
Provisão de dividendos	-	20.664
Pagamento de Dividendos	(20.586)	(6.234)
	358	20.944

Em conformidade com o Art. 4-A da Lei nº 6.474/76, as ações em circulação no mercado estão custodiadas no Banco Itaú S.A.

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 31 de dezembro de 2019 de R\$ 188.095 (R\$ 837.322 em 31 de dezembro de 2018) foi transferido para reserva de investimentos e será utilizado na modernização das fábricas e para aumento de capital de giro, conforme orçamento de capital aprovado na Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2019.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	592.651	1.235.674
Incentivo fiscal do ICMS	(86.538)	(66.731)
Constituição de reserva legal	(25.306)	(58.447)
Juros sobre capital próprio	(297.160)	(256.956)
Complemento de dividendos obrigatórios	-	(20.664)
Realização de reserva do ajuste avaliação patrimonial líquido	4.448	4.446
Saldo remanescente do lucro líquido do exercício	188.095	837.322

29.3 RESERVAS DE LUCROS

Reserva legal

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia, o saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 225.313 (R\$ 200.007 em dezembro de 2018).

Reserva de investimentos

Os lucros de 2019, após as apropriações da reserva legal, reserva de incentivos fiscais (SUDENE, PROADI/PROEDI e PROVIN) e a atribuição dos juros sobre capital próprio e dividendos obrigatórios distribuídos aos acionistas foram transferidos para a conta de reserva para a realização de investimentos, de acordo com o orçamento de capital da Companhia, que deverá ser aprovado pela Assembleia Geral a ser realizada em 2020, o saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.433.324 (R\$ 1.245.229 em 31 de dezembro de 2018).



O orçamento de capital da Companhia, com a justificativa de retenção de lucros para a reserva para investimentos propostos para o exercício de 2019, incluindo as fontes de recursos e aplicações de capital, foi aprovado na Assembleia Geral de 30 de abril de 2019.

Reserva de incentivos fiscais

IMPOSTO DE RENDA

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos de sua fabricação nas unidades fabris localizadas em Natal e Fortaleza. Esses incentivos, concedidos pela SUDENE, consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados em cada unidade fabril. O benefício foi prorrogado até o ano-base de 2026 conforme os laudos Constitutivos nº. 1127/2017 e nº 1128/2017 emitidos pela SUDENE.

O incentivo fiscal do Imposto de renda deve ser contabilizado diretamente na conta de imposto de renda no resultado, que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não foram apurados em razão da Companhia apresentar prejuízo fiscal.

A Administração da Companhia destina este incentivo quando apurado, como Reserva de lucros – incentivos fiscais, que deverá ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária. Os recursos promovidos pelo incentivo não são distribuídos como dividendos e serão totalmente incorporados ao capital, exigência contida nas normas da SUDENE, como condições de prestação de contas.

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA E SERVIÇOS - ICMS

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais do Rio Grande do Norte e do Ceará. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

A Companhia possui incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI concedido até agosto de 2023, correspondente a financiamento equivalente a 75% do ICMS devido, corrigido pela TJLP, e amortização com desconto de 99% após carência de 1 mês. Para operacionalização do financiamento, a Companhia mantém contrato firmado com o Bradesco S.A., no Estado do Ceará.

A Companhia era beneficiada pelo incentivo no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROADI até 31 de julho de 2019, sendo substituído a partir de 01 de agosto de 2019 pelo Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROEDI criado pelo Decreto nº 29.030/2019 e assegurado pela lei estadual nº 10.640 de 26 de dezembro de 2019, sob a forma de crédito presumido equivalente de 75% a 80% do valor do ICMS a recolher. A aprovação da concessão do benefício está autorizada no Parecer nº 337/2019 emitido pela Secretaria da Tributação do Estado do Rio Grande do Norte.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de despesas de ICMS por ocasião do pagamento que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 86.538 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 66.731).

29.4 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

CUSTO ATRIBUÍDO DO IMOBILIZADO

Conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs (1ª de janeiro de 2009).



A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta de lucros acumulados na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

29.5 OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES – AJUSTE E VALOR JUSTO DE INVESTIMENTOS

Referem-se aos ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo mantido pela controlada Midway Financeira, conforme Nota 4.3.

30 PARTES RELACIONADAS

(i) Saldos

ATIVO CIRCULANTE

Controladas		Controladora			
		Títulos e valores mobiliários		Duplicatas	
		2019	2018	2019	2018
Lojas Riachuelo - Duplicatas (nota 12)	(a)	-	-	418.235	338.713
Midway Financeira (nota 11)	(e)	663.740	54.672	-	-
		663.740	54.672	418.235	338.713

Controladas		Controladora	
		Contas a receber	
		2019	2018
Lojas Riachuelo			
- Aluguel e outros	(b)	1.488	1.463
- Distribuição de dividendos	(d)	354.274	303.774
Midway Shopping Center Ltda.	(d)	17.393	16.507
Transportadora Casa Verde Ltda.	(d)	1.184	-
		374.339	321.744

Distribuição dos Lucros das Controladas	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping LTDA.	Midway Financeira S.A.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Total
31 de dezembro de 2017	72.943	22.679	-	-	95.622
Lucros Distribuídos	230.831	45.629	25	-	276.485
Recebimento ano anterior	-	(22.679)	(25)	-	(22.704)
Recebimento antecipado	-	(29.122)	-	-	(29.122)
Total recebimentos	-	(51.801)	(25)	-	(51.826)
31 de dezembro de 2018	303.774	16.507	-	-	320.281
Lucros Distribuídos	50.500	51.199	-	1.184	102.883
Recebimento ano anterior	-	(16.507)	-	-	(16.507)
Recebimento antecipado	-	(33.806)	-	-	(33.806)
Total recebimentos	-	(50.313)	-	-	(50.313)
31 de dezembro de 2019	354.274	17.393	-	1.184	372.851

PASSIVO CIRCULANTE

Controladas	Contas a pagar	
	2019	2018
Transportadora Casa Verde LTDA. - Frete *	2.827	1.658
	2.827	1.658

* Valor incluído na rubrica "outros passivos circulantes".



PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Mútuo - Acionista

Nevaldo Rocha - Presidente

(c)

Controladora e Consolidado	
2019	2018
638	582
638	582

Demonstramos a movimentação do Mútuo - Acionista a seguir:

Saldo inicial
Captação
Amortização
Juros

(c)

Controladora e Consolidado	
2019	2018
582	253.611
4.594	21.789
(4.606)	(282.253)
68	7.435
638	582

(ii) Transações

Controladas

Lojas Riachuelo - Vendas
Lojas Riachuelo - Aluguel, dividendos e outros
Midway Financeira S.A.
Transportadora Casa Verde Ltda. - Aluguel

(a)
(b)
(f)
(b)

Controladora	
Receita	
2019	2018
1.469.605	1.323.860
53.552	52.070
27.842	20.432
35	30
1.551.034	1.396.392

Segue abaixo o detalhamento da natureza do saldo e das transações dos quadros acima:

(a) Refere-se a transações de vendas de produtos de vestuário. As vendas para as Lojas Riachuelo são realizadas com prazos de vencimentos entre 30 a 60 dias. Adicionalmente, no contexto de estrutura verticalizada do Grupo, todas as vendas da controladora são destinadas exclusivamente para as Lojas Riachuelo.

(b) Corresponde aos rendimentos auferidos com locação de imóveis à controlada Lojas Riachuelo, os quais foram definidos valores fixos em contrato para os aluguéis de 39 imóveis destinados à operação de CRI em 2016, cujos valores são atualizados anualmente pelo IPCA. Os demais imóveis são calculados a razão de 3% sobre o faturamento mensal da respectiva loja. Já para os imóveis ocupados por outros setores, são cobrados aluguéis fixos.

(c) O contrato de empréstimo entre a Companhia e Diretor Presidente com a remuneração 99% do CDI, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2019, montava em R\$ 638 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 582) na controladora e no consolidado, teve uma liquidação substancial durante o 3º trimestre de 2018, em função da partilha para seus herdeiros, que por sua vez, aplicaram os valores na Midway Financeira.

(d) Refere-se ao valor do lucro a distribuir da respectiva Controlada, à Controladora.

(e) Referem-se aos títulos e valores mobiliários da Companhia mantidos com a controlada indireta Midway Financeira.

(f) Referem-se aos juros sobre os títulos e valores mobiliários da Companhia mantidos com a controlada indireta Midway Financeira.

(iii) Divulgação de remuneração aos administradores

Os diretores da Companhia recebem somente honorários mensais fixos, divulgados na demonstração do resultado, e não gozam de outras vantagens, a não ser, os que são acionistas que recebem dividendos na proporção de suas ações, na base autorizada na Assembleia de acionistas. Tais honorários estão destacados na demonstração de resultado na conta de honorários da Administração.



A remuneração dos diretores e membros da Administração reconhecida no resultado está apresentada abaixo, e não excederam o limite máximo aprovado na Assembleia realizada em 30 de abril de 2019:

Remuneração	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Do Conselho de Administração	3.003	1.533	3.003	1.533
Da Diretoria	1.248	1.986	12.283	13.177
Do Conselho Fiscal	416	448	416	448
	4.667	3.967	15.702	15.158

31 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

POLÍTICA CONTÁBIL

O Grupo possui plano de contribuição definida, que consiste nas contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

As contribuições para o plano de previdência são realizadas no Bradesco Vida e Previdência de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

A partir de maio de 2017, os planos de previdência complementar que eram administrados pela BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. desde dezembro de 2011, passaram para a gestão da Bradesco Vida e Previdência, sem nenhum ônus aos seus colaboradores. Este benefício tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes e aos seus beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o estabelecido em contrato. O plano é de contribuição definida e é aberto para a participação de todos os funcionários, mediante desconto em folha de pagamento. Por ser um plano de contribuição definida, possíveis riscos atuariais (riscos de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e os riscos de investimento (risco de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelos empregados e não pela Companhia, além de não possuir nenhum benefício pós-aposentadoria.

As contribuições efetuadas pela Companhia e suas controladas e pelos participantes estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contribuição da Companhia	585	545	7.671	7.554
Contribuições dos funcionários	586	575	10.140	9.448
	1.171	1.120	17.811	17.002

32 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

POLÍTICA CONTÁBIL

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo, atendendo a NBC TG 47 (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o seu valor for mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia-se nas suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.



Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento da receita de venda de produtos ocorrem quando as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos e cumpriu com todas as obrigações de desempenhos previstas;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- Nas operações do e-commerce da Controlada Lojas Riachuelo o reconhecimento da venda é quando a mercadoria for recebida pelo cliente, e na devolução existe um acompanhamento do seu percentual sobre a venda total, que atualmente é inferior a 1%, não necessitando de constituição de provisão para desfazimento da venda;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

No caso da controlada indireta Midway Financeira, as receitas e as despesas das operações estão registradas de acordo com o regime de competência. O registro das operações com taxas prefixadas ocorre pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro estão apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos, enquanto o registro das receitas e despesas de natureza financeira ocorre pelo critério *pro rata* dia. As receitas com serviços prestados são diferidas e reconhecidas somente no período de sua competência.

A reconciliação entre as vendas operacionais brutas e a receitas operacionais líquidas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita operacional bruta				
Vendas no atacado	1.474.780	1.328.822	5.175	4.962
Vendas no varejo	-	-	7.524.411	7.079.284
Operações de crédito	-	-	2.492.278	2.146.884
Locação de lojas	-	-	75.120	70.776
Serviços de transportes	-	-	14	23
	1.474.780	1.328.822	10.096.998	9.301.929
Deduções da receita operacional bruta				
ICMS	(199.602)	(179.295)	(1.203.856)	(1.125.754)
ICMS – Incentivo fiscal	86.538	66.731	86.538	66.731
IPI	(12.661)	(10.918)	-	(1)
COFINS	(92.209)	(83.297)	(526.434)	(457.945)
PIS	(20.019)	(18.084)	(108.806)	(94.746)
INSS	(32.698)	(29.693)	-	-
ISS	-	-	(20.745)	(17.520)
Devoluções de vendas	(11.991)	(8.252)	(341.006)	(334.664)
Outros	-	-	(174.645)	(145.434)
	(282.642)	(262.808)	(2.288.954)	(2.109.333)
Receita	1.192.138	1.066.014	7.808.044	7.192.596



33 CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS, SERVIÇOS PRESTADOS, DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

33.1 CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados				
Mercadoria para revenda	(80.990)	(68.961)	(2.640.126)	(2.382.375)
Matéria-prima	(447.020)	(395.605)	-	-
Pessoal	(286.580)	(265.834)	-	-
Depreciação e amortização	(20.487)	(17.038)	-	-
Outros custos	(122.697)	(106.554)	(240.777)	(141.193)
	(957.774)	(853.992)	(2.880.903)	(2.523.568)

33.2 DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal	(1.491)	(1.340)	(1.079.509)	(967.066)
Serviços de terceiros	(10.635)	(9.682)	(248.761)	(242.111)
Serviços públicos	(25)	(24)	(144.975)	(136.303)
Despesa com aluguéis e condomínio	-	-	(21.382)	(255.201)
Provisão para perdas por valor recuperável	(149)	(1.690)	(1.012.908)	(888.733)
Depreciação e amortização	(13)	(70)	(203.866)	(206.812)
Depreciação - IFRS 16	-	-	(204.374)	-
Outras despesas	(396)	(252)	(474.588)	(423.073)
	(12.709)	(13.058)	(3.390.363)	(3.119.299)

33.3 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal	(28.159)	(22.557)	(412.040)	(348.124)
Serviços de terceiros	(5.291)	(5.862)	(250.861)	(270.117)
Serviços públicos	(987)	(957)	(5.400)	(6.290)
Depreciação e amortização	(3.298)	(3.148)	(69.323)	(59.103)
Outras despesas	(22.077)	(16.451)	(170.582)	(124.126)
	(59.812)	(48.975)	(908.206)	(807.760)

34 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aluguéis	53.853	52.221	266	(21)
Recuperação de tributos (*)	88.036	7.069	127.566	691.872
Depreciação e amortização	(6.048)	(6.315)	(6.048)	(6.315)
Juros e multas sobre provisão de riscos	-	-	(2.456)	(40.456)
Ganho (perda) alienação de imobilizado	239	382	239	669
Outros	(9.973)	(5.854)	75.106	37.530
	126.107	47.503	194.673	683.279

(*) Em 31 dezembro de 2019, a Controladora reconheceu o valor de R\$ 78.319 referente a diferença de apuração no cálculo do PIS/COFINS sobre a base de cálculo do ICMS. No Consolidado de 2018, a Controlada Lojas Riachuelo reconheceu a recuperação do PIS/COFINS no montante de R\$ 684.658, tendo em vista o trânsito julgado do processo.



35 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

POLÍTICA CONTÁBIL

A receita financeira e a despesa financeira são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas Financeiras				
Rendimentos de títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	27.978	20.483	61.306	42.738
Juros ativos	107	3.705	650	4.328
Descontos obtidos	240	502	6.761	783
Variação cambial ativa	1.571	3.420	10.661	12.057
Outras receitas financeiras (*)	71.614	5.796	115.032	486.297
	101.510	33.906	194.410	546.203
Despesas Financeiras				
Juros sobre financiamento	(93.307)	(52.168)	(122.823)	(115.571)
Juros passivos	(3.785)	(319)	(65.259)	(26.200)
Tarifas bancárias	-	-	(5.199)	(7.508)
Juros sobre IFRS 16	-	-	(88.962)	-
Outras despesas financeiras	(644)	(3.430)	(7.346)	(17.966)
	(97.736)	(55.917)	(289.589)	(167.245)
Resultado financeiro líquido	3.774	(22.011)	(95.179)	378.958

(*) Em 31 de dezembro de 2019, a Controladora reconheceu o valor de R\$ 62.543 referente a juros e correção monetária da diferença de apuração do PIS/COFINS sobre a base de cálculo do ICMS. No consolidado de 2018, a controlada Lojas Riachuelo reconheceu juros e correção monetária sobre PIS/COFINS no montante de R\$ 483.124, tendo em vista o trânsito julgado do processo.

36 LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico/diluído

O lucro básico/diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Demonstramos a reconciliação do lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Numerador básico/diluído		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas	592.651	1.235.674
Denominador básico/diluído		
Lucro atribuído para ao acionista portadores de ações - ON	592.651	1.235.674
Ações disponíveis - mil (*)	499.200	499.200
Lucro líquido básico/diluído por ação ON - R\$ (**)	1,18720	2,47531

(*) Desdobramento das ações ordinárias em 02 de maio de 2019, onde cada ação passou a ser representada por 8 ações ordinárias, com mesmo direitos políticos e econômicos da ação desdobrada.

(**) 2018 recalculado tendo em vista a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias a partir de 07 de fevereiro de 2019.

O lucro por ação diluído é igual ao básico, em virtude da inexistência de ações potenciais com efeito de diluição.



37 ARRENDAMENTO OPERACIONAL – LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada Midway Shopping Center Ltda. possuía 287 contratos de locação, sendo 286 com terceiros e 1 com a parte relacionada Lojas Riachuelo, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem receita de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguéis das áreas brutas locáveis ("ABL") do Shopping Midway possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente a 3% e a 5% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco a quinze anos, sujeitos à renovação.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2019, as receitas de aluguéis líquidas, totalizaram R\$ 75.860 (R\$ 71.412 em 31 de dezembro de 2018) no Midway Shopping Center Ltda. e R\$ 72.691 (R\$ 68.241 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado.

A previsão das receitas futuras da controlada Midway Shopping Center Ltda., oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2019 totalizam um montante mínimo de R\$ 646.183 sendo:

Vencimento	Valor nominal
2020	72.153
2021	74.462
2022	76.845
2023	79.304
2024	81.842
2025	84.461
2026	87.163
2027	89.953
	646.183

A controlada Midway Shopping é arrendadora dos contratos de locação. Portanto, não se enquadram ao IFRS 16.

38 COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E DIREITOS CONTRATUAIS

(a) Entre partes relacionadas

A Lojas Riachuelo S.A. é locatária em 49 contratos de aluguel de imóveis (prédios e lojas) da Companhia, os quais foram definidos com base em valores fixos em contrato para os aluguéis de 39 imóveis destinados à operação de CRI realizada em 2016. Os demais imóveis são calculados a razão de 3% sobre o faturamento mensal da respectiva loja. Já para os imóveis ocupados pela Administração, Call Center e Centro Logístico são cobrados aluguéis fixos. Os valores negociados estão de acordo com as taxas de mercado.

(b) Com terceiros

A Companhia e a controlada Lojas Riachuelo possuem compromissos, obrigações e os direitos contratuais, dados ou recebidos, não registrados no balanço de 31 de dezembro de 2019, como segue:

	Valor
Controladora	
Compromisso e/ou obrigação	
Seguro garantia concedido por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	334.343
Controlada - Lojas Riachuelo S.A.	
Compromisso e/ou obrigação	
Seguro garantia concedido por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	60.249
Carta de fiança concedida por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	171.805
	566.397



39 COBERTURA DE SEGUROS

A Controladora mantém a política de não contratar seguros contra incêndios para parte substancial dos seus ativos. Essa política leva em consideração os seguintes aspectos:

- (a) Parque fabril distribuído em cinco fábricas segregadas fisicamente;
- (b) Imóveis comerciais do grupo e os estoques de produtos estão segregados fisicamente;
- (c) Sistemas de processamento de dados protegidos por “backup”;
- (d) Todas as instalações possuem aparelhamento específico para combate imediato a eventuais incêndios;
- (e) Em aproximadamente 50 anos de existência da Controladora, não há históricos de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

A controlada Lojas Riachuelo possui seguros contra incêndio para os três Centros de Distribuição (São Paulo, Natal e Manaus), com cobertura para as instalações, os equipamentos e as mercadorias.

Para as lojas locadas em imóveis de terceiros, são mantidas seguros contra incêndio, levando em consideração os aspectos dos imóveis comerciais (grande maioria localizada em shopping centers) e correspondentes estoques de produtos segregados fisicamente. Não há histórico de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

Para o Shopping Midway, o Grupo possui cobertura específica de acordo com a característica da operação.

Os valores contratados são baseados em opinião dos consultores de seguros, para fazer face aos riscos envolvidos.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros, não auditados:

Bens segurados	Riscos cobertos	Empresa	Montante da cobertura
Patrimônio (CD's)	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/ vendaval a fumaça/lucros cessantes	Lojas Riachuelo	544.244
Aeronave	Queda/Casco/Responsabilidade Civil	Lojas Riachuelo	264.414
Filiais	Básica Incêndio (queda de raio, explosão, implosão e queda de aeronaves)	Lojas Riachuelo	37.306
Mercadorias	Transporte Nacional/Internacional	Lojas Riachuelo	100% Segurado
Frota	Responsabilidade civil por danos materiais, corporais e morais contra terceiros	Lojas Riachuelo	1.000
Responsabilidade Civil Geral	Produtos comercializados, operações, empregador e danos morais	Lojas Riachuelo	20.000
Patrimonial	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/ vendaval a fumaça/tumultos/lucros cessantes	Midway Shopping	259.560
Mercadorias	Transporte Nacional	Guararapes Confeções	100% Segurado
D&O	Responsabilidade civil administradores	Guararapes Confeções	50.000

40 INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A Administração da Companhia define como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Os saldos que compõem esta conta estão representados conforme Nota 10. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve movimentações patrimoniais que afetassem os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas.



41 REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Para o exercício de 2020, o Grupo passará a reconhecer e mensurar nas demonstrações financeiras, transações de incentivo de longo prazo pagamentos baseados em ações que será oferecido aos seus executivos, concedendo aos administradores e empregados-chave, a oportunidade de se tornarem seus acionistas, buscando uma maior retenção e alinhamento dos interesses destes administradores e empregados com os interesses dos acionistas e o compartilhamento dos riscos do mercado de capitais, sempre com vistas ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Companhia e ao atendimento dos interesses dos acionistas, conforme aprovado em assembleia em dezembro/2019.

42 EVENTO SUBSEQUENTE

Em fevereiro de 2020 a Controlada Lojas Riachuelo celebrou um Contrato de Licença Internacional ("Contrato de Licença") com a empresa norte-americana Carter's, Inc., maior comerciante norte-americana de roupas de marca e produtos correlatos para bebês e crianças, com quem já possui parceria comercial desde 2015 através da venda de seus produtos nas lojas da rede. Com a celebração do "Contrato de Licença", a Companhia passará a operar com exclusividade a marca Carter's no Brasil pelo prazo inicial de dez anos. Esta frente contará com o desenvolvimento de uma cadeia de lojas Carter's e com o comando do e-commerce da marca no país.

